6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

 $\overline{23}$ 

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47 48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, no Auditório Raimundo Perazzo - CAIS, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Ricardo Luiz Dias Mendonça -Presidente, Ângela Macedo Magalhães, Aroldo Luiz da Silva Bacelar, Antônio Marcos Almeida Sampaio, Cícero Figueiredo Ribeiro, Doraídes Alves Nunes Almeida, Gislene Villas Boas Torres da Silva, Luiz Américo Pereira Câmara, Ivonildo Dourado Bastos, Júlio César Vieira Braga, José Silvino Gonçalves dos Santos, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, Lázaro Figueiredo dos Santos, Lourani Maria Carneiro, Lilian Fatima Barbosa Marinho, Luiz Américo Pereira Câmara, Marcos Antônio Almeida Sampaio, Maria Helena Ramos Belos, Mário José da Conceição, Murilo Figueiredo Campos de Jesus, Maria do Carmo Brito de Morais, Paulo Sérgio Pereira Costa, Silvio Roberto dos Anjos e Silva, Rosa Beatriz Graça Marinho, Romulo José Valença Corrêa, Walney Magno de Souza (Conselheiros Suplentes), e Arão Capinam de Oliveira para a reunião do CES/BA. Às 09h20min o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, colocou em apreciação a ata 224ª da Reunião Ordinária do CES que foi enviada para todos os conselheiros no dia 16/03/2016, a qual foi aprovada com ressalva do conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio e conselheiro Júlio César Vieira Braga. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio solicitou alteração na ata em sua primeira fala sobre a questão da Fundação Estatal da Saúde da Família pelo processo dos telecentros, que o Secretário fez uma denuncia na reunião do conselho que foi contratado 80 e só tinha 20. E na ata diz que em reunião com o Secretário, e na verdade ele falou na reunião no pleno do Conselho. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga informou que na ata consta o seu nome, mas ele não estava presente na reunião. O senhor Presidente colocou a ata da 226ª Reunião Ordinária do CES enviada para todos os conselheiros no dia 11/04/2016 em apreciação, o que foi aprovada à unanimidade. Franqueou a palavra aos Senhores Conselheiros para fossem feitas as comunicações de suas entidades, solicitando que fossem breves em seus informes respeitando os 03 minutos. O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara "informou que os obstetras da Maternidade Albert Sabin, no dia 15 de abril de 2016 entrariam em greve pelo básico que qualquer trabalhador tem direito, que é receber salários em dia. Ressaltou que os obstetras recebem três a quatro meses com atraso, e ter direito a férias e décimo terceiro. Informou que os médicos quando ficam doentes ou as mulheres quando engravidam ou trabalham com a barriga grande até nove meses e não amamenta sua criança, então, ficam dependente do marido ou do parceiro. Como já foram divulgadas as condições de trabalho da Maternidade Albert Sabin é um pouco pior que das outras. Infelizmente no dia 15 de abril de 2016 começa a greve e esperamos que porque é uma coisa básica receber dinheiro de férias, décimo terceiro, os médicos não estão nem pedindo para receber em dia, mas receber com vinte dias de atraso". Os médicos que trabalham com capitação de órgão, eles trabalham dentro do HGE, trabalham com paciente com morte cefálica, assistindo diretamente o paciente com morte cefálica, assistindo paciente que está com o órgão para ser retirado, cuidando do órgão, medicando, prescrevendo, tiveram a insalubridade cortada. E o problema é meramente administrativo basta mudar administrativamente de SAIS para HGE para ter direito a insalubridade. Falou ainda que os médicos há seis meses estão tentando resolver esse problema administrativo e não conseguiram. Seis meses tentado mudar um nome que com cinco minutos se muda. Estamos notificando ao Ministério Público, CREMEB, Secretaria da Saúde, dessa situação e dando um prazo de quinze dias, com quinze dias vai ser mais uma greve e transplante vai ser suspenso de vez na Bahia. Informou que o programa de transplante da Bahia ficou de ter um recurso de oitocentos milhões e que o computador de lá para entrar em contato com as outras unidades de transplante, demora quinze minutos e que os médicos usam seus celulares. "As condições às vezes falta gelo para transportar o órgão, o órgão da Bahia nas maiorias das vezes vai para Paraíba, Ceará, São Paulo, etc. Os pacientes da Bahia não têm o direito a ser transplantado por falta de estrutura". Disse que precisamos saber o programa que foi aprovado no CES qual o andamento, porque estamos passando vexame de encaminhar o órgão para Paraíba porque na Bahia não esta fazendo transplante. A Conselheira Maria do Carmo Brito de Morais informou que o Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia no momento atual encontrasse com duas delegacias sindicais uma em Itabuna e outra em Feira de Santana, e alguns municípios têm representação a exemplo do extremo sul da Bahia. Salientou que o sindicato de enfermagem esta propondo esta planejada e vai acontecer é o CUT Formação Sindical que vai iniciar no dia 21 de maio de 2016 e vai até março de 2017. A abertura desse curso coincide com a semana de enfermagem que começa de 12 a 20 de maio de 2016. No dia 20 de maio de 2016 vai acontecer audiência pública para discutir a questão do ensino de enfermagem à distância. O Sindicato de Enfermagem tem viajado para os interiores onde tem conflito de questões trabalhistas, principalmente pelas questões das convenções coletivas, tem problemas em Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Alagoinhas, questão entre Monte Tabor e o Estado todas ligadas a questões trabalhistas. Esse ano vai acontecer à eleição da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), e não vai ocorrer eleição de território da ABEN. Falou que estavam observando que na área de

enfermagem e sabemos que a violência institucional é sempre presente e ultimamente essa violência esta crescendo muito, é necessário que os trabalhadores de enfermagem se posicionem sobre uma forma de diminuir o índice de violência que esta ocorrendo com os trabalhadores dentro da própria instituição de saúde. Acredito que a questão da violência não esta ligada a quem tem a formação melhor ou pior, mas outros fatores estão interferindo pra que essa violência se torne bastante explicita trazendo danos sobre os pontos de vista de adoecimento mental aos trabalhadores. O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva informou que no dia 13 de abril de 2016 o SINDSAÚDE participou do Movimento da Mobilização Contra o Reajuste Zero e Conta o PL 257 na Assembleia Legislativa, que na verdade acaba com os serviços públicos de saúde. No dia 14 de abril de 2016 aconteceu na Praça da Piedade o mesmo movimento envolvendo todos os trabalhadores e trabalhadoras Públicas do Estado. O SINDESAÚDE juntamente com o Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (COREN), participou de uma audiência com o comando da Policia Militar onde discutiu a questão da insegurança nas unidades de saúde, com assaltos que vem acontecendo aos trabalhadores, bem como, a busca de uma forma de assistência aos privativos de liberdade que chegam necessitando de tipos de assistência e isso compromete tanto a segurança como atividade dos trabalhadores. Ficou definido juntamente com o Comando da Policia Militar a marcação de uma audiência com o Secretário da Saúde para juntos discutir essas situação. Falou que como é difícil o Secretário da Saúde atender a categoria, hoje se reportam mais ao Secretário de Administração para discutir saúde do que com o Secretário da Saúde e continuam tentando. Temos a solicitação de uma audiência conjunta com a Secretaria da Administração e a Secretaria da Saúde para retomar a discussão da GID e da continuidade do plano de cargo, carreira e vencimento, além de outras pendências como progressão, promoção, a questão da insalubridade, e a irregularidade que ainda mantem dentro da questão da suspensão da insalubridade e temos uma ação na justiça, e colocar questão de equívocos que vem acontecendo sempre na elaboração da folha dos trabalhadores. Informou que recentemente um colega da vigilância epidemiológica Francisco, saiu de folha já com uma situação de exoneração e já está retornando, ele teve determinados prejuízos por conta de financiamentos que tem relação o imóvel com a Caixa Econômica. Informou ainda que o SINDSAÚDE realizou uma assembleia dando continuidade ao processo de mobilização na APLB Sindicato ao lado do colégio Central, e aconteceu no tribunal de justiça o julgamento da ação que o SINDSAÚDE entrou para assegurar a promoção dos servidores quando do seu jubilamento e tem a presença de alguns diretores. E que no dia 16 de abril de 2016 todos estariam no Campo Grande contra o PL 257. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio informou sua preocupação com Atenção Básica no Estado da Bahia que precisa em algum momento trazer para pleno do Conselho novamente a discussão da Atenção Básica. "Dizer que estamos em eminência entre o mês de junho a julho ter uma redução drástica na cobertura da Atenção Básica no Estado da Bahia, inclusive no Município de Salvador onde cerca de 50% da Atenção Básica ou da cobertura se ampliou devido à chegada dos profissionais do Programa Mais Médico no Estado da Bahia. Os médicos que chegaram à primeira "leva", os contratos estão vencendo que possamos avaliar no Conselho, e possamos aprovar no pleno o pedido de renovação da continuidade do contrato desses profissionais, já que em alguns municípios a mais de sete anos não tinha médicos nesses locais e que esteve em Brasília com o Ministro da Saúde em audiência. Não é só a questão dos médicos porque não se faz saúde só com os médicos, houve melhorias nas unidades de saúde por conta do recebimento desses profissionais, houve também a discussão de um novo formato no acolhimento das pessoas nessas unidades de saúde que esses profissionais chegaram, não só os médicos cubanos que tem aprovação da sociedade Baiana mas também os médicos Inter cambista Brasileiro que estudaram em outros países que agora retornaram ao nosso País". Dizer ao Conselheiro Silvio que se coloca solidário aos servidores, e esse pleno precisa dar resposta à questão dos Consórcios, dar resposta à questão da Reforma Administrativa. Falou que hoje pode ser a ultima reunião deste pleno de conselho já que um novo conselho deve ser eleito no dia 18 de abril de 2016 e algumas pendências ficaram ao logo do caminho. Disse que ficou no caminho a questão da reforma administrativa e está provada na prática que houve um prejuízo no Estado da Bahia. Falou que as Arboviroses que discutiram são reflexos da desorganização e que até o modelo colocado poderia ser o modelo, mas deveria ser debatido e planejado esse novo formato. E que os impactos foram negativos, e ai o conselheiro Walney que teve que se ausentar por que está com Zica, porque no município de ilhéus e Itabuna estão tomados pelo mosquito da Dengue. Dizer ao conselheiro Luiz Américo que se preocupa muito com a questão da greve destes profissionais, são profissionais importantes, essa discussão precisa ser ampliada com a sociedade e das condições que estão vivendo que nos dias das mulheres ao invés de fazer o que muitos fazem de enviar flores, o mesmo foi na Maternidade Climério de Oliveira onde houve a denuncia no fantástico e a sociedade Baiana, sociedade Brasileira se comoveu, mas nos dias das mulheres em visita a Maternidade Climério, viu que não mudou o quadro, nem o cenário que as mulheres estavam sofrendo, não houve nenhum tipo de mudança das situações que foram discutidas e nem das condições que os trabalhadores colocaram naquele momento. Falou que temos que de fato fazer o debate no Conselho e utilizar esse instrumento e deliberar o caminho

61

62

63

64

65

66

67 68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

para assistência obstétrica no Estado da Bahia, o Conselho deve isso à sociedade Baiana. A Conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho informou que foi aprovado em primeiro turno no dia anterior, dia 13 de abril de 2016, a proposta de emenda constitucional que desvincula recursos da base de cálculos pra saúde e educação. Isso significa que estamos na direção de maior financiamento, mas na prática vai ser o desfinanciamento da saúde e que é um golpe na emenda constitucional 29 que estabelecia teto mínimo. Neste sentido alerto esse pleno para que possamos fazer uma tomada de posição em relação a essa situação, repudiar e mandar a quem de direito colocando uma posição politica deste Conselho. Esteve em Florianópolis no Encontro Nacional da Rede Nacional Feminista, e em Florianópolis foi antecipado a esse encontro um encontro particularmente importante, chamado Saúde nas Esquinas, que discute a questão da prostituição, algo que passa ao alargo quando falamos em universalidade, em estratégia exclusiva, as populações vulneráveis, e de fato estamos deixando de fora uma parcela importante quando não discutimos e não conhecemos esse universo da prostituição que é praticada por mulheres, por transexuais e por travestis. É algo que precisamos pensar na pauta e faço das minhas palavras a de Marcos porque teremos uma renovação do Conselho, temos pautas pendentes e quero deixar registrado que ate hoje não tivemos a avaliação da campanha do câncer de colo uterino e câncer de mama que foi pedido neste Conselho e esta pauta foi sendo postergada e até hoje não temos uma avaliação do que foi feito e nem do caminho tem que ser dado. É importante que tomemos uma posição em relação a esse primeiro turno da desvinculação dos recursos da união. O Conselheiro Lázaro Figueiredo dos Santos comunicou que faria um apelo ao Conselho Municipal que tem Marcos representando, com relação aos cartões SUS. Que hoje existe uma demanda de pessoas que estão vindos de interiores, e habitando algumas cidades e tem a necessidade de ter o cartão SUS, mas a dificuldade de adquirir esse cartão SUS, é muito burocrática, dificulta até para questão de cirurgia e essas pessoas que estão vindos dos interiores para Salvador não tem como adquirir esse cartão SUS porque demora muito e é muito burocrático. Solicitou ao Presidente do Conselho Municipal para dar uma olhada nesta situação. Com relação ao que o conselheiro Luiz Américo colocou, falou que recebeu informação no dia 13 de abril de 2016 por algumas pessoas que já estavam cogitando essa greve, e disse que estavam aqui para apoiar a questão dos trabalhadores. "E vamos ver se estamos no caminho certo que diz o governo, essa desumanização por parte dos funcionários que estão ai sendo desassistidos e a própria população". Falou que como conselheiros às vezes estão no Conselho e não sabem da solução do que esta acontecendo, que trazem as demandas e as demandas morrem no próprio conselho. Solicitou do Presidente do CES informação a respeito da solicitação que fez na plenária do CES sobre a questão da ameaça de morte que o mesmo sofreu no Município de Campo Formoso por parte do Secretário de Saúde, e registrou outra ameaça de morte pelo Prefeito da cidade de Salvador ACM Neto, na campanha salarial foi colocado no canto com os capangas de ACM Neto que mostraram o revolve e disseram se saíssem iram desaparecer de uma vez por todas. Que eles solicitaram ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), juntamente com o CES, que é dessa forma que os sindicalistas estão sendo tratados pelos Gestores de nosso Estado, eles não sabe negociar de uma maneira democrática e usa de maneira truculenta para fazer com que as vozes dos trabalhadores se calem diante dessa situação. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga informou que voltaria uma pauta recorrente porque estava vendo os problemas se perpetuando, problemas graves na assistência a saúde, na assistência obstétrica e participou juntamente com o Presidente da assinatura de um convênio entre a Sociedade de Ginecologia Obstetrícia e o Governo e um empréstimo junto ao Banco Mundial para requalificar varias unidades de saúde. Isso em médio prazo pode melhorar alguma coisa, mas para resolver de uma forma definitiva e sustentada precisa aumentar os investimentos em saúde e que vem pedindo regulamente. O Estado não pode ficar gastando o que é obrigado a gastar 12%, o Estado cumprir a lei gastando 12% e precisamos brigar para que o Estado tenha mais recurso para saúde, não pode o Estado estar gastando menos de 13% quando o obrigado é 12%. O Estado está passando quase raspando pela lei isso é critico quando o Estado é obrigado a gastar 12% esta gastando 12,8%, não sabemos em 2015 quanto vai ser apresentado no relatório de gestão, nós precisamos brigar por mais recursos para saúde no Estado, o Município a mesma coisa é 15% e estar gastando 18%, esta gastando bem mais, de qualquer forma os dois esta gastando menos que a media nacional. A média nacional está entorno de 20% para capitais e 14% para o Estado, a Bahia não esta gastando nem 13% no Estado, devemos como conselho estadual brigar por mais investimento para saúde no Estado da Bahia. Os gastos inadequados, o conselho tem reclamado regulamente quanto à situação da emergência do hospital Ernesto Simões uma questão crucial não só para os trabalhadores, mas para própria população trabalhando em contêineres fez a ressalva ao relatório de gestão de 2014 o estado gastando oitocentos mil reais por ano para pagar contêiner para botar a emergência para funcionar do hospital Ernesto Simões, e várias vezes a inauguração é protelada, desde 2013 e já vem da gestão passada colocando em contêiner para ser atendido em emergência pacientes gravíssimos nessa situação. A questão dos Mais Médicos foi colocada aqui de forma emocional subjetiva no ponto de vista objetivo tem uma grande fraude, falta de programação pelo Governo que planeja no relatório de gestão da Bahia um aumento de atendimento para

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

população de nove milhões de consulta por ano. A Bahia foi o Estado que mais recebeu médicos deste programa, será que temos ideia de quanto aumentou dos nove milhões? Não aumentou nada. Caíram duzentos e setenta mil consultas por ano com a chegada desses profissionais e em algumas cidades chegou esses profissionais por que não tinha, mas na maioria da Bahia com dados do Governo caiu em duzentos e setenta mil consultas com gastos que não temos ideia o total, porque é segredo do Governo Federal, porque não publica, mas temos ideia que com cada médico desses é gasto mais de vinte mil reais por mês com supervisão e recolhimentos. E continuou dizendo que tem que se ter em mente que cairão em duzentos e setenta mil consultas com esse gasto bilionário com propaganda e falta de planejamento aconteceu isso em todo Estado da Bahia. São dados do DATASUS que temos que discutir a programação do que vai ser feito com essa fortuna de dinheiro que está sendo gasto sem aumentar a quantidade de consulta na assistência básica. O Conselheiro Antônio Marcos Almeida Sampaio informou que em relação ao Mais Médico o Conselheiro Júlio tem que pegar o sentimento da população onde esses médicos estão atuando, na Palestina onde vários médicos de Salvador não quis ir o sentimento é bastante diferente vamos ver os benéficos que esta tendo o Mais Médico para não fazemos uma crítica sem fundamentos para poder falir. Salientou que o Conselho Municipal de Saúde tem feito visita as unidades tanto Municipais como Estaduais no Município de Salvador, e no dia 8 de abril de 2016 visitou o Hospital Mario Leal, chegando foi surpreendido, a administração não estava, tinha uma pessoa de recursos humanos que não quis acompanhar a visita e se assustou se não se identificasse como Conselheiro Municipal de Saúde poderia entrar para tomar um medicamento mesmo não sendo paciente, no momento que se identificou foi uma burocracia imensa de adentrar, a pessoa que atendeu não citou o nome, falou que teria que mandar um ofício para informar o motivo da visita, dizendo o que vai fazer. Quanto ao controle social esse é o procedimento que a SESAB está colocando para adentar ao espaço para fazer o controle, essa é a dificuldade que o controle social está tendo de entrar em algumas unidades. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que como representação de usuário e umas das pessoas que acompanha lá na ponta, só sabe a importância dos profissionais do Mais Médico aqueles que precisaram de um médico um dia e chegou à nova constituinte e não teve. "Tem que fazer um debate da questão do combate ao racismo institucional, nem todos os profissionais médicos é uma discursão de marginalização de uma categoria porque tem profissionais que tem feito o seu papel, mas dizer que vários profissionais não olham a periferia como possibilidade e o que possibilitou a assistência a essa população e os dados comprova Salvador 50% da cobertura da atenção básica de 2013 se deve a presença desses profissionais, a preocupação e que possamos aqui no conselho reafirmar a importância desse programa e a inclusão e a possibilidade que foi feito para não só nós Baiano, mas pra todo povo Brasileiro". O senhor Presidente mencionou que chamaria a atenção dos conselheiros que conforme regimento e bem anterior a sua presidência, sempre abril exceção porque e feito uma reunião mensal e tem conselheiro que sair de longe citou como exemplo conselheiro Cícero, Luiz Delfino, Doraídes e outros conselheiros que deixa seus afazeres e vem representar suas instituições, e abrimos mais de dez fala então não pode ter reinscrição é questão de informe e não pode entrar no debate. A Conselheira Doraídes Alves Nunes Almeida informou que passaria sua fala para o conselheiro Júlio porque ele não conseguiu completar a fala dele. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga informou à questão que foi rebatida devemos partir para o ponto de vista objetivo, se ouve atendimento em alguns lugares como chamou atenção pelo programa Mais Médico é porque deixou de ser feito em outros e se vão ter mais atendimentos ou não é só irmos à tabela do DATASUS, na Bahia consultas médicas em atenção básica caíram em 270 mil em 2014, 2015 não foi concluído, mas a perspectiva é que continue no mesmo nível. A metade é feito por profissionais desse programa é porque os médicos Brasileiros foram demitidos e ouve uma substituição sistemática pelos médicos Brasileiros, é só ver os dados do DATASUS, a quantidade de médicos que existia e a quantidade de médicos escritos nesse Programa atualmente entraram na Bahia pelos dados um mil e oitocentos médicos esta no relatório de gestão de 2014, quantos médicos existe registrado pelo município? Em torno de dois mil médicos então ouve uma substituição sistemática por uma falta básica. Os municípios recebem de graça esses profissionais, paga alimentação, auxilio para estabelecimento, paga moradia, um custo que parasse que é dez mil reais, ainda tem gasto com INSS, supervisão, treinamento e com marketing, um gasto fabuloso para no final das contas reduzir o número de consultas medicas em atenção básica. Responder dizendo que na Palestina melhorou tem que saber no estado como um todo, são bilhões de reais mal gastos, seria muito melhor ter uma discussão seria sobre como fazer carreira de estado para o médico sair de Salvador e ir morar em uma cidadezinha do interior do Estado da Bahia e depois ser substituído como aconteceu com esse programa. O Conselheiro Mário José da Conceição informou que no dia 07 de março de 2016 o Ministério do Trabalho e Previdência Social publicou no Diário Oficial a filiação das centrais e apontou a União Geral dos Trabalhadores (UGT) como a segunda maior central do Brasil. Isso graças ao trabalho do Presidente da Nacional Ricardo Patah que vem fazendo um trabalho de um sindicalismo cidadão ético e inovador, e também o Presidente da UGT Bahia Magno Lavine. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira comunicou que no dia 14 de abril de 2016 foi

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

um ato nacional de paralização, e foi distribuído um folheto para que todos entendessem porque todos os trabalhadores da saúde, da previdência social, da assistência social do Brasil inteiro estavam parados em função de não terem seus direitos respeitados. Mencionou que informaria em quanto grupo que defende a saúde mental neste Conselho, recebeu do movimento antimanicomial a nível nacional uma serie de informes preocupantes. Desde que o Dr. Tykanori que era um médico altamente progressista que fazia um trabalho de fechamento de manicômios no Brasil foi substituído abruptamente por outro coordenador, que é uma pessoa que tem toda uma história fundada na logica de manicômios. Isso foi motivo de repúdio a nível nacional, para terem ideia a quatro meses esta sedando uma ocupação de uma das salas dessa coordenação no Ministério da Saúde. Com usuário, familiares e profissionais da saúde mental, pedindo a saída do novo coordenador de saúde mental e isso não é uma coisa só no nível de Brasil, recebemos de várias associações a nível internacional manifestações de repúdios a esse senhor que durante muito tempo teve uns dos maiores manicômios da América Latina no Brasil, com casos de tortura física, maus-tratos seguido até mesmo de mortes e total desrespeito aos direitos humanos. Nesse manicômio que ele era diretor as pessoas não era absolutamente respeitadas, o pior de tudo é que militantes históricos do Ministério da Saúde que são da coordenação de saúde de saúde mental estão sendo retirados de seus cargos e outros estão pedindo para sair por não concordar com a política que o novo coordenador trouxe. Está sendo bastante preocupante, pedimos a intermediação do Dr. Aroldo porque temos no Estado na SESAB uma equipe muito boa de saúde mental, a nossa Diretora de saúde mental da SESEB com sua equipe progressista tem feito um excelente trabalho e pedimos a solidariedade de todos, inclusive recebeu uma carta de repúdio da renomada associação sanitária de Trieste na Itália, precursora dessa luta contra os manicômios e da psiquiatria. Um assunto muito grave e não podemos deixar as pessoas que tem transtorno mental sofrerem absolutamente a mesma coisa que sofreram no passado, ser tratados como animais ao invés de seres humanos. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos informou que no dia 13 de abril de 2016 aconteceu na sede do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), uma reunião envolvendo a equipe de transplante de medula óssea do Hospital das Clinicas com Dr. Marcos Aurélio que é o Médico, a Senhora Tania Psicóloga, Simone Assistente Social, mais a Diretoria do COSEMS, apoiadores do COSEMS, Dr. Eraldo Médico responsável pelo programa de transplante Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), e a presença do gabinete representado na sua pessoa, onde foi discutido o programa, os problemas, e a inserção e parceria com os municípios no sentido de apoiar e da mais celeridade e acesso as pessoas, aos pacientes a esse tão importante serviço que recentemente como disse o conselheiro Luiz Américo, que foi aprovado no conselho a politica estadual de transplante que tem pouco menos de um ano e a SESAB tem promovido todos os esforços, todas as articulações possíveis no sentido de operacionaliza-la, torná-la mais factível e célere atendendo os reclames da população que tanto precisa em vários casos da questão do transplante. Comunicou que a Secretaria de Saúde do Estado preocupado com a questão da gripe da H1N1esta antecipando o início da campanha para o dia 18 de abril de 2016, em todo Estado da Bahia. Anunciou que no dia 25 de abril de 2016 às 08h30min da manhã a SESAB, estará inaugurando a nova Emergência do Hospital Geral Ernesto Simões, com a presença do Governador do Estado Dr. Rui Costa, aproveitou e convidou o conselho para se fazer presente e iria formalizar o convite para presença do Conselho Estadual de Saúde. Comunicou que é interesse da secretaria na medida em que se tenha um tempo de aprovação, e um tempo de implantação, e implementação da Politica Estadual de Transplante e certamente vamos trazer para esse pleno os resultados dessa tão importante politica que contou com a aprovação desse pleno de Conselheiro. O senhor Presidente registrou a presença no pleno do Subsecretário de Saúde Dr. Roberto Badaró Secretário Executivo do Conselho Estadual de Saúde Arão Capinam de Oliveira fez a leitura da comunicação da SESAB e informou que as resoluções da CIB 021/2016 à 039/2016 foram envida na íntegra a todos conselheiros no dia 28/03/2016 para conhecimento. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio registou que a resolução CIB 021/2016, aprova ad referendum remanejamento do teto de terapia renal substitutivo TRS entre os Estados e os Municípios. Falou ao Presidente que para fazer um remanejamento de teto financeiro ate onde sabe a não ser que tenhamos que desaprender, precisaria passar pelos Conselhos Municipais, inclusive para saber o montante que esta sendo remanejado, e pra onde está sendo remanejado, como esse recurso esta sendo remanejado. A todo o momento escutamos denúncias de falta de medicamentos para os pacientes renais, as condições que esses pacientes têm tido nas assistências não só em Salvador mais no Estado da Bahia. Acredita-se que algumas resoluções e compreende que a CIB é um espaço de pactuação, mas o espaço de pactuação não pode definir a politica, ele tem que pactuar as ações para executar as políticas que foram priorizadas e quando há um remanejamento que interfere na politica automaticamente há uma definição de prioridade, a uma definição de como a politica deve ser tocada e fere o papel do conselho, quem define a politica, quem aprova como politica deve ser tocada é o pleno do Conselho Estadual de Saúde. Salientou que algumas matérias precisa buscar novamente uma pactuação com a CIB para que algumas matérias possa fazer uma discursão em conjunto com o CES. Se Stela estivesse na reunião iria contribuir, estranha que ad

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

referendum é quando não ouve uma discursão e a presidência da instituição teve que dar a famosa canetada, é um tema e como sugestão solicitar a possibilidade da CIB encaminha documentos comprovatórios que houve discussão nos Conselhos Municipais. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos informou que uns dos grandes problemas do sistema único de saúde e que todos nós sabemos é a questão do sub-financiamento, a terapia renal substitutiva ela tem um estourou do teto no Estado da Bahia, ou seja, o que se produz no Estado da Bahia efetivamente não é pago com recurso que vem do Ministério da Saúde, como tem serviços que não executa na sua plenitude o teto que estar locado e tem serviços que estoura esse teto, houve uma discursão e fruto dessas discursões autorizou usar ad referendum nesses remanejamentos, de serviços que efetivamente não produza o que estar alocado para serviços que efetivamente estoure o que produziu, para justamente evitar desassistência, e os serviços não sobreviva assim, e nesse aspecto é o que está posto nos remanejamentos não se mexe na politica. Citou como exemplo serviço de terapia renal substitutiva é Estado que banca com a fonte 130 porque o Ministério da Saúde ainda não habilitou, citou o serviço de hemodiálise de Irecê como exemplo. Tem serviços de salvador que estouram o teto e tem serviços que não produzem o que estão locados citou como exemplo o serviço de Jacobina. Esclarecendo que esse remanejamento se dar justamente para não ter que ficar com o dinheiro sem aplicação, ou devolver esse dinheiro para o Ministério da Saúde, então remaneja entres os serviços que funcionam para não haver desassistência. Disse ainda que aproveitando a oportunidade e falando como membro da CIB, colocar não só para o Conselheiro Marcos, mas todos os conselheiros que tenham duvidam com qualquer tipo de pactuação entre a Gestão Estadual e a Municipal, e que envolva necessariamente a Gestão Federal que a área técnica da SESAB e creio que o próprio COSEMS também vai está sempre a disposição para sentar com qualquer conselheiro para dirimir todas as dúvidas, de todas as resoluções e como foi feito o debate, por grupo de trabalho, câmaras técnicas, passando pelas comissões intergestoras regionais, pelos conselhos municipais de saúde, efetivamente como se deu todo processo de pactuação, se comprometeu nesse aspecto. Salientou que fez um compromisso com os conselhos espera que a CIB estejam cumprindo e Arão remetendo, para que não haja a necessidade dessas resoluções CIB só serem remetida para esses conselhos em véspera de reunião, na medida em que elas forem publicadas automaticamente o conselho esta tomando conhecimento e a Secretaria Executiva encaminhar para os senhores e senhoras para fazerem as analisem, ou seja, na necessidade de se aguardar uma reunião para questionamento das pactuações, assim que a publicação for feita ser remetida para este Conselho e havendo necessidade de esclarecimento podem procurar o responsável pela área técnica que com certeza as explicações serão dadas. O Senhor Presidente solicitou ao conselho Ivanildo para pedir a Secretaria da CIB que à medida que a resolução for publicada que seja encaminha para o CES, porque ainda esta sendo encaminhada em bloco. A Conselheira Maria do Carmo Brito de Morais informou que seu questionamento é sobre a resolução CIB nº 019/2016, e na ultima reunião questionou a questão da resolução CIB nº 006/2016 que credenciava Paramirim na questão da laqueadura e da Vasectomia, e que foi até Paramirim e conversou. Falou que iria fazer o que o conselheiro Ivonildo sugeriu de ir à secretaria para tirar todas às suas duvidas. E sobre essa resolução nº 019/2016 nos municípios que se chama de academia de saúde que tem alguns equipamentos para ginastica, mas o que tem observado em seu município e em Salvador na sua comunidade são equipamento que as pessoas não dão a mínima importância, não são utilizados e o dinheiro é jogado fora que no mínimo precisa de uma relação com a rede básica e com profissionais que oriente quem vai fazer o exercício. Se gasta dinheiro porque tudo nesse mundo envolve recurso só que são equipamentos que a comunidade por não saber utilizar fica jogado. Falou que a resolução CIB 019/2016 diz que aprova ad referendum e que isso já foi discutido várias vezes no âmbito da Vigilância em Saúde, a implantação e manutenção das ações e serviços públicos estratégicos do Programa Academia da Saúde. As próprias Secretarias Municipais não dão importância porque não ver nenhuma atividade, todos os municípios têm recursos abre academias, todos os municípios têm muitas academias bem equipadas, essas outras academias deviria ser utilizada por pessoas que não tem acesso, mas não ver nenhuma ação feita com profissionais capacitados. O Estado poderia cobrar ao próprio conselho municipal e cobrando das Secretarias manutenção e utilização desses equipamentos. O município precisa ser monitorado nesse sentido. O Conselheiro Lázaro Figueiredo dos Santos informou em relação à resolução 021/2016, fica preocupado quando se fala sobre o teto de terapia dos renais crônicos porque sendo participante da gestão anterior do conselho municipal de saúde fez visitas a clinicas que fazem hemodiálise, e viu o primeiro problema quando fez o primeiro seminário em Salvador no SINDPREV com a presença da promotora da questão do Ministério Público e vimos os depoimentos dos próprios renais que estavam sofrendo principalmente nas clínicas, a falta de assistência onde eram assistidos, como eram feitas as higienização com o paciente no momento do tratamento, um risco de contaminação constante, onde já se viu fazer hemodiálise e fazer higienização na hora do procedimento. Informou que cobrou do Conselho Municipal não sabe se era da época de Marcos sobre a questão dessas Clínicas não colocam o símbolo do Sistema Único de Saúde - SUS para identificação da sociedade e que as coisas estão andando sem nenhum critério, ou seja, o próprio município não tem quem

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

cuide da questão de quem fez os convênios com essas clínicas para sabermos e cobrarmos, porque existe uma lei que todas as Clínicas, têm que ter na sua fachada o símbolo do SUS, ela é paga pelo SUS tem que ser feita essa divulgação que existe o tratamento para que os usuários possam procurar. "É meio preocupante quando falamos sem ter a participação dos conselhos municipais". E citou como exemplo, sobre a situação de Salvador, quando teve a mudança dos agentes sem nenhum respeito de chamar o conselho para uma discussão, e somente o informativo de uma forma impositiva pelos municípios em dizer é isso e não precisa passar pelo conselho. Na CIB é dessa forma que fazem e é preciso que haja respeito com o controle social. O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva mencionou que quando vê determinados pontos que se julga que merece uma posição do conselho, tipo a resolução 021/2016 traz a tona a discursão da relação do Conselho Estadual com a CIB. Costuma mencionar e repetidas vezes, não se trata apenas de identificar determinados aspectos no que diz respeito a recursos, mas o que tem que ficar para o próximo conselho e próxima CIB por não saber como vai ficar a relação CIB nesse processo, temos que estabelecer uma formar concreta como o Conselho Estadual de Saúde pode ter um mecanismo de intervenção nessas resoluções. "Não basta apenas ir via e-mail para emissões de opiniões e sugestões, até porque nem sempre, e não esta colocando a Secretaria do CES em xeque porque a secretaria do conselho tem um monte de atividades para responder, mas tem que estabelecer e ficar definido que o próximo conselho tem que buscar uma forma de relação que tenha condições de intervir nesse processo, participando das reuniões da CIB independente de ser formação de comissão por que já se viu que por formação de comissão não seu resultado, devemos em quanto conselheiro participar das reuniões da CIB com direito a intervenções, não atrapalhar mas sugerir, porque o conselho não atrapalha se for o caso de pensar nisso, temos em quanto Conselho Social o dever e o direito de se manifestar em qualquer ação no que diz respeito às ações de saúde da população". Então o próximo conselho tem que participar das reuniões da CIB com o poder de sugerir e ate intervir se for o caso. O Conselheiro Antônio Marcos Almeida Sampaio comunicou que houve uma reunião do CES na Assembleia Legislativa onde tinha colocado juntamente com o Presidente do Conselho Municipal de Ilhéus que as resoluções da CIB não estão sendo discutidas no município, e segundo Raul Molina uns dos critérios para as resoluções serem pactuadas teriam que ser discutidas pelos municípios para que viesse um documento para que essas resoluções fossem aprovadas. A resolução 065/2015 que modificou os agentes de saúde de Salvador não passou de maneira nenhuma e foi denunciada na reunião, ficou de ser feito uma discursão sobre essa questão. Comunicou ao conselheiro Ivanildo que a discussão que Marcos esta trazendo é essa, não é a questão se o teto esta muito ou esta pouco é o direito do Conselho Municipal ou Estadual de discutir a mudança ou não do remanejamento dessas politica onde segundo Molina na pactuação se faz necessário. Corrobora com Marcos que o CES pode pedir documento comprovatório que houve essas discussões no município já que são uns dos critérios da CIB para fazer a pactuação já que não está tendo essa discursão. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga informou que não sabe se Ivanildo pode esclarecer onde é que estar sobrando assistência de terapia renal substitutiva que não esta usando o teto, porque essa é umas das situações caóticas do Estado da Bahia. A terapia renal substitutiva, Ivonildo informou que esta fazendo extra teto além do financiamento do Ministério da Saúde e isso não esta sendo suficiente para atender a demanda da população, temos dezenas de pacientes internados em hospitais, ocupando vagas e não conseguem receber alta porque não tem onde fazer hemodiálise. No Hospital Roberto Santos ficou sabendo que existiam 20 pacientes internados sem conseguir ter alta, pacientes mais de dois meses para ter alta na cidade que ele precisa ir não tem nenhum local onde ele pudesse fazer hemodiálise. Essa é uma situação crítica e chamar atenção à questão do financiamento em saúde, as clínicas estão pré-falimentares, a maiorias dessas clínicas com todas as dificuldades não tem interesse em aumentar seu atendimento não sabe por que não esta chegando ao teto porque paciente tem à vontade, a fila é enorme, a dificuldade enorme, e um sofrimento muito grande desses dependentes de terapia renal. Chamar a atenção que um dos grandes problemas é a falta de financiamento, a tabela de remuneração que não é reajustada há anos, e está chegando ao ponto de crise terrível. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos Esclareceu e informou que não existe sobra de recursos, o objetivo da resolução CIB é justamente prover os serviços que extarão o teto, de serviços que não cumpri a folha de programação orçamentaria. Não cumpri não é por falta de paciente é por falta de capacidade estalada, muitas das vezes você tem um serviço que tem vinte pontos e ele não pode passar mais do que aquela demanda de vinte pontos, e tem serviços que tem dois até três turnos e não se justifica implantar um quarto turno, Júlio como médico sabe mais dessas questões. O que acontece na Bahia tem serviços que são onerados pela fonte 130 citou como exemplo Irecê que o Ministério ainda não habilitou, tem serviços que não cumprem o que estar orçado, e tem serviços que estoura o que estar orçado. O Município de Salvador é uns dos municípios que tem estouro de teto de terapia renal substitutiva, Júlio colocou o Roberto Santos, parece que o Hospital do Subúrbio também tem paciente na mesma situação e já foi discutido, e esta sendo discutido com o município de Salvador para se buscar uma solução para essa situação dos pacientes que estão no Roberto Santos, dos pacientes que estão no Subúrbio, Salvador também alega que tem pacientes em TFD fazendo em outros munícipios fora,

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

porque não pode trazer muitas vezes os pacientes por conta dos serviços estarem devidamente ocupados. Mas as resoluções CIB ele não trata de outras coisas a não ser da celeridade ao funcionamento do serviço. É uma forma de fazer com que o recurso efetivamente seja aplicado onde ele está sendo efetivamente usado o serviço. A questão da qualidade, a questão controle, a questão da avaliação do monitoramento, a secretaria tem uma equipe de auditoria que constantemente faz auditoria nesses serviços; temos uma equipe de vigilância sanitária que constantemente estão nesses serviços fazendo às inspeções e notificações quando vem ao caso e isso a SESAB não abre mão. Ampliamos em muito a oferta de hemodiálise no Estado da Bahia, e esta fazendo uma discussão dentro de uma logica que só colocar paciente na cadeira, mas evita com que ele chegue à cadeira da hemodiálise através de um esforço partindo da atenção básica com controle de hipertensão, diabetes e também de uma linha de cuidado todo especifico nesses aspectos. Nesse sentido que coloca essa situação é dizer que a preocupação é justamente essa, e reforçar a necessidade e a importância do acompanhamento dos conselheiros das pactuações que são feitas pelos gestores na CIB, isso é posto e efetivamente da CIB temos voz, só não temos direito o voto. Lembra que a Conselheira Déborah sempre participou da reunião da CIB e sempre fez intervenções e sempre colocou nas nossas reuniões a intervenções que ela fazia até porque, ela participava da comissão. Comunicou que daria continuidade à pauta convidando o Senhor Valdelio Moreira da Silva para fazer a apresentação do 3º quadrimestre da SESAB 2015, salientou que o subsecretário DRº Badaró estava na reunião representando o Secretário de Saúde para que a apresentação seja feita. O Senhor Valdelio Moreira da Silva APRESENTAÇÃO DO 3º QUADRIMESTRE. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga informou que voltaria a pedir apoio do Conselho Estadual a respeito de um dado apresentado e que volta a chamar a atenção os gastos com a saúde no Estado da Bahia. Valdélio apresentou a queda de arrecadação nos Estados e no Brasil que realmente ocorreu, na Bahia não ocorreu, na Bahia houve aumento da arrecadação de vinte e um para vinte e três, o importante é o percentual de gasto com a saúde a media Brasileira é 14% e na Bahia caiu. Pediu apoio aos conselheiros do CES para ser aprovada uma moção cobrando mais investimento na saúde por parte do Estado. Mesmo que a arrecadação tivesse caído percentualmente não tem porque o Estado gastar mesmo de 13% com saúde, porque a saúde é prioridade para toda a população e para o Governador parece que não é. A média Brasileira é de14% e a media de usuário do SUS na Bahia é acima do Brasil, a Bahia é um Estado pobre por isso o percentual de gasto com saúde deveria ser acima da media Brasileira. Quando falam que saúde é prioridade do governo temos que dizer que não é, os dados dos números de consultas, os gastos com a saúde, o percentual mostra que não houve, e quando se fala em assistência obstétrica se houve a mesma coisa. Os aumentos dos CAPS chama a atenção é um problema que o Conselho de Medicina tem. A auditoria faz a fiscalização de alguns problemas e notifica. Citou como exemplo CAPS sem Psiquiatra, tem sido rotina o Conselho de Medicina procurar o responsável pelo centro pela falta do registro no Conselho de Medicina para ser fiscalizado, muitas vezes a fiscalização deixa de cumprida porque várias unidades de saúde na secretaria não estão registradas. Deveria ser uma meta da Secretaria registrar todas as unidades nos conselhos para ser fiscalizada a prática profissional, é comum receber denúncias de centro, postos de saúde, vamos investigar se houve erros médicos, procurar o prontuário, diretor técnico, se tem falsos médicos atendendo, investiga os responsáveis, chagando não tem registro no conselho e não tem diretor médico responsável, uma cobrança que a Secretaria de Saúde possa passar a registrar as unidades de saúde nos conselhos. Conselheiro Luiz Américo ressaltou que quando vê algumas metas de 50% sendo colocada como azul, considera essas metas em torno de 50% um fracasso. Precisaria saber por que aconteceu, se foi por falta de dinheiro, se não teve recursos, ou por falta de capacidade de implementar o que estava planejado. Qual o principal obstáculo? Foi o planejamento, execução ou faltou recurso para chegar aos 90% que o número aceitável. Chamou à atenção para dois números que traduz a realidade, a Assistência Farmacêutica 50%, está ocorrendo várias frentes de pioras da Assistência Farmacêutica, as Farmácias Populares que fecharam o escopo do Município diminuiu, então os Municípios não estão liberando mais Captopril, Diamicron para o Diabetes, estão mandando para a Farmácia Popular que tem um elenco reduzido de medicações, recentemente tiraram o Enalapril e a Sinvastatina que custava R\$ 2,00 reais, agora custam R\$14,00 reais, então é uma falsa política. A questão da obstetrícia está explicado, o caos da obstetrícia em 50% de investimento. Salientou que os dados, os leitos e os números de leitos apresentados são falsos, mesmo considerando a data de 22 de fevereiro que está colocada na apresentação, tem como provar e pode mostrar a este Conselho. Citou como exemplo que no Roberto Santos não tem 97 leitos de UTI, no HGE não tem a quantidade de leito de UTI apresentados, tinha 32 e agora tem 23, os dados apresentados dos leitos não condizem com a realidade este Conselho está sendo induzido ao erro. O Conselheiro Cícero Figueiredo Ribeiro informou que voltaria a frisar a intervenção do Conselheiro Julio e Valdelio afirmou que os valores absolutos do investimento do Estado aumentaram não é importante, o importante é o valor relativo. Relativamente o Governo da Bahia reduziu os investimentos, a apresentação diz que houve aumento na cobertura do SAMU na cidade de Remanso continua com a cobertura do SAMU básico, porque o SAMU avançado

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440 441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

está em processo de devolução e segundo o Secretario de Saúde do Município essa devolução advém do atraso do repasse de recursos por parte do Governo Federal e do Governo Estadual.É importante frisamos que a evolução dos índices de Saúde na Bahia não se sustentará se estes investimentos não voltarem. O que a gestão tem que assumir perante o tamanho do Estado é que houve sim a redução nos investimentos dos recursos na Saúde da Bahia. O Conselheiro Lázaro Figueiredo dos Santos Informou que a apresentação de Valdelio foi bem colocada, mas parece que estamos vivendo em um mundo de Alice, onde os dados aparecem, mas a realidade é totalmente diferente do que vivemos e presenciamos no dia a dia dentro dos Municípios. Citou como exemplo, o SAMU em Santo Estevão que tem mais de um ano parado com base construída e à ambulância na garagem, ficamos sem saber o que acontecendo? Os dados aparecem e os Municípios passando por dificuldades para fazer assistência. Santo Estevão é um Município que tem um índice muito grande de acidente de moto e não tem uma assistência de emergência, a equipe do hospital precisa se ausentar da unidade hospitalar para fazer o socorro dessas pessoas, e há muitos jovens sequelados no Município. Houve um crescimento de construções de UPAs fez um questionamento como representante dos Agentes Comunitários no qual tem uma ação eficaz na Atenção Básica e estamos observando o crescimento do PSF, que tem que ser de 50% no momento que se implanta a UPA dentro do Município. O crescimento dessas equipes não está existindo, não existe concurso público, onde não tem agente comunitário para compor essa equipe e assim é preciso que haja concurso público para que se tenha ampliação na Atenção Básica. Falou que está preocupado com a terapia dos Renais Crônicos e que vai se reescrever para falar sobre os Renais Crônicos e a situação do transporte, a situação de quem está na fila dos transplantados, da assistência que deve ter após o transplante, e os recursos para o acompanhante que vai fazer o transplante renal. Conselheira Maria do Carmo parabenizou à apresentação e informou que alguns compromissos são importantes e chamaram à atenção, como a Saúde sem Fronteiras que é interessante, mas observou algumas cirurgias feitas com relação a cataratas e glaucoma, os pacientes tiveram problemas seríssimos. Seria interessante a discussão para ver quais as causas, o tipo de procedimento, o que aconteceu para que as pessoas ao invés de melhorar piorassem. A situação prisional, quem não conhece uma unidade prisional precisa conhecer na Bahia. Que a Penitenciaria Lemos de Brito tem condições de superlotação e é preciso que conheçamos a Comunidade de Atendimento Socioeducativa

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512 513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

\*. Que esteve visitando o CMDCA e que expedissem a autorização de renovação de registro para a Case Salvador que é do Estado, uma casa que há mais de dez anos já era para ser explodida, tem a capacidade de 150 jovens e dentro dela tem 380 jovens. As pessoas não estão trabalhando para uma melhoria, os jovens privados de liberdade vivem é numa masmorra. "É preciso que o Estado veja e descentralize e os territórios assumam. Discutiu e CMDCA que negou a renovação da concessão porque não atende o Estatuto da Criança e do Adolescente e nem dos Privados de Liberdade. Algumas Unidades de CAPS AD3 quem mais tem acesso são os usuários de álcool, os usuários de drogas não tem acesso tem que ver como pode melhorar." Na apresentação de Valdélio coloca a situação do Controle Social, não cita o Conselho como um do primeiro controle social que foi construído através da Lei 8080 e a 81142. Falou que acredita que é importante que o Conselho Estadual de Saúde tenha certa visibilidade como sendo instrumento de Controle Social, apesar de que esse controle tem que ir além do conselho porque o controle ajuda o Estado e a gestão a melhorar as suas ações e fazer melhor fiscalização. O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva Informou que do ponto de vista da apresentação não há nenhum reparo a ser feito nem técnico e visual, fica perplexo quando ver os dados e quando ver a realidade são coisas totalmente diferentes, fazer uma relação dos dados com a realidade há um falseamento da verdade. Estamos vendo na Secretaria da Saúde com relação à gestão pessoal, a retirada dos direitos dos trabalhadores, vendo essa questão salarial dos trabalhadores, não é o avanço dos direitos que os trabalhadores têm conquistado de muito tempo em relação a progressão, promoção. Quando observamos a relação da Atenção Básica e Atenção de Alta Complexidade, não queremos que haja uma diminuição de valores para essas atenções, mas essa relação não pode ficar tão diferenciada. Os trabalhadores os de Saúde Mental principalmente das grandes unidades tem uma grande preocupação porque não sabem que rumos vão tomar e nem a situação que vão ficar, foi solicitado cinco vezes pelos trabalhadores do Hospital de Feira de Santana Lopes Rodrigues a discussão e ninguém sabe o que vai acontecer, o que ouvimos é que vai acabar, vai fechar e ninguém sabe da mesma forma com as outras Unidades. Não sentam para discutir o que será feito com a Saúde Mental levando-se em consideração a Luta Antimanicomial. A situação da Vigilância a Saúde como um todo o que tivemos foi o corte da insalubridade dos trabalhadores da Vigilância que se expõe no seu dia a dia de trabalho quando está em atividades de investigações, fiscalização nas unidades e no campo. Quando se apresenta um material desse no ponto de vista técnico fica perplexo e não ver outra forma de se expressar, não são só criticas porque junto com os colegas Silvino e Helena encaminhou sugestões para o Plano Estadual de Saúde, significa que os conselheiros criticam nas reuniões, mais também busca as contribuições. Vai ter algumas falhas técnicas pela falta no domínio total das definições, principalmente para as ligada diretamente da saúde o importante é o conteúdo, os termos técnicos vocês vão organizando, compromisso, produto, iniciativa. O relatório não traduz a verdade da prática do dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras muito menos da assistência à saúde da população. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio Informou que depois da fala do conselheiro Luiz Américo e Silvio possa ter no final da discussão um pedido de vista coletiva. Estamos debatendo algo que o conselheiro informou que tem dados que desmente o que foi apresentado algo bastante grave. Silvio ressaltou que o conselho não pode debater um documento que será recomendativo, não podemos recomendar o que não temos a segurança que seja verdade. Comunicou a Valdelio que não viu o investimento na apresentação e no momento oportuno pudesse esclarecer sobre as economias, porque o Secretario bateu no peito em várias matérias e vários momentos e disse que houve uma economia com os lençóis do Hospital Roberto Santos e onde esta o dinheiro, inclusive era para o próprio Secretário Fábio Vilas Boas ter feito à apresentação e o debate e colocar se realmente a economia existiu. Cadê os R\$ 800 milhões que sobraram com as fronhas e lençóis do Roberto Santos e com os cortes que houve, ou esses 12,69% é o que reflete com o que foi gasto e tem um bocadinho guardado ou os dados de fato não condizem com a verdade. À atenção Básica Presidente o CES tem que se preocupar não podemos achar que houve um crescimento de 73% de cobertura, porque se pegamos os dados de 2014 o crescimento e em torno 5%. Quando discutimos o qualitativo a própria FESF que colocam como um dos instrumentos de execução da ação está caindo das pernas, está sendo incentivada pelo Estado a ser fechada a cair na falência porque a devedora da FESF é o próprio Estado, os trabalhadores desesperado com salários atrasados, Presidente o senhor faz parte do Conselho Curador da FESF sabe da realidade. É uma perversidade do Estado, dizer que não vai pagar porque precisa ser feita intervenção dentro da FESF, como vamos dizer que houve um fortalecimento se o sucateamento está existindo. Ficou feliz com a apresentação de Valdelio na parte que informar o aumento dá oferta ambulatorial e contradiz o inicio de discussão de que o Mais Médico não ampliou a oferta de serviço na Bahia. Não podemos esquecer dois fatores importantes no Estado da Bahia, os servidores estão com luta contra o reajuste zero e não podemos esquecer a reforma administrativa que tem indícios suficientes para dizer que causou prejuízo na assistência e na qualidade da prestação de serviço no Estado da Bahia. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que 2015 foi ano de conferência, além do controle social a apresentação não falar sobre a Conferência Estadual de Saúde os recursos que foram utilizados mesmo que tenha vindo de outras secretarias deveria constar porque foi gasto na saúde, essas informações devem estar no relatório. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio Informou que não é estranheza não ter colocado o conselho na apresentação porque se colocasse Luiz Américo seria o reflexo da verdade o conselho retrocedeu esta no subsolo da secretaria, o conselho faz às discussões e delibera e a Gestão não respeita as deliberações do conselho. O consórcio que negociaram a discussão dizendo que teria outros debates não foi cumprido, como não foi implementado não podemos dizer que foi um bom projeto, mas o consórcio esta como um grande projeto para o Estado da Bahia. Nessa parte de fato precisa pedir um pedido de vista em um momento oportuno para o CES ter a oportunidade de colocar a realidade, as passagens para os conselheiros fazer os acompanhamentos aos conselhos municipais foi cortada, a estrutura e tudo que o conselho tem pedido inclusive de educação permanente tem sido cortado, precisamos nesse momento colocar a verdade que a gestão não teve coragem de colocar, que o controle social do Estado da Bahia que é muito mais além que Conselho Estadual não é ouvido, é sucateado e esta sendo colocado de lado. Pergunto qual a Politica Estadual que houve o carimbo de legitimidade da discussão do controle social no Estado da Bahia nenhuma, porque quando passa no conselho passa com o jogo acontecendo precisamos fazer essa discussão. Relembrou que a reforma administrativa chegou ao conselho quando estava iniciado, o consórcio quando chegou ao conselho tinha empresa ganhadora para tocar o consórcio, não podemos esquecer-nos de colocar a parte do CES. Conselheira Lilian Fatima Barbosa Marinho parabenizou a Valdélio pela apresentação, informou que o dialogo é entre conselho e sociedade, ficou comtemplada com algumas falas e concorda plenamente com a avaliação do conselheiro Marcos. O fato de simbolicamente não ter sido incluído a Conferência Estadual de Saúde a maior estancia de Controle Social do Estado da Bahia não é um mero esquecimento, é um descaso e dever ser pontuado. Uma tecla que bate sempre quem dos conselheiros desse pleno que conhece a programação anual de saúde de 2015, coisas que cobramos reenterradas vezes e a gestão está pagando o preço ao trazer um estafe que foi apresentado como o melhor da Bahia, e desconhece processos consolidados no conselho que tem técnicos que sabem como trabalhar. Trazer o novo competente que vai inovar na gestão administrativa dar nisso, o Conselho Estadual de Saúde não conhece a Programação Anual de Saúde 2015, se não conhecemos a programação estamos ouvindo horas dados relativos, e quando entenreça dados absoluto e conselheiro Cicero a contemplou. Para ilustrar quando fala 71,7% de cobertura sabemos que tem vazios assistenciais, veremos no relatório anual de gestão, e é importante que a gestão escute porque esse é o relatório quadrimestral, não esta sendo avaliado se será aprovado ou não, mais o relatório anual de gestão depende de aprovação deste pleno onde conversaremos melhor porque os dados vão estar comparativos e não precisaremos perguntar como foi em 2014 e o que aconteceu porque de fato dar uma grande confusão. Citou como exemplo um dado

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

que pegou de 6.632 pacientes no programa medicamento em casa, qual percentual representam em relação àqueles que necessitam? Assistência à saúde mental o que se sabe é o desatendimento que foi denunciado nas conferências, pré-conferência, na conferência Estadual o grupo mais organizado foi o de saúde mental. Por ser feminista lutou para desconstruir a importância que o sistema de saúde dar apenas a binômia mãe e filho uma conquista que repercute em toda América latina, entretanto os dados apresentado não mostra as mulheres que sofrem violência, que abortam, precisa dar visibilidade porque estamos falando de mais da metade da população. Pegando os dados do rastreamento do câncer de mama um dado que bate sempre, o rastreamento foi feito em 83 municípios 62.687 mulheres foram atendidas e 27.970 mamografia bilaterais realizadas, hora se o rastreamento é feito mediante a mamografia como é que foram atendidas 62 mil mulheres e realizada só 27.970 mil mamografia bilaterais tem algo que está estranho. O caos de assistência obstétrica está instalado e se anunciou na quando o conselho Luiz Américo informou que a maternidade Albert Sabin no dia 15 de abril os médicos estariam em grave, e teme com o que vai acontecer com a vida das mulheres, não podemos nos calar vamos fazer uma moção de repudio com o que vem acontecendo com a assistência obstétrica na Bahia, particularizando a situação colocada pelo conselheiro Luiz Américo. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira informou que a equipe técnica da SESAB é tão elogiada, sabemos que os trabalhadores existem e não vemos numa pratica como os comentários anteriores colocaram. Pessoas altamente competentes que fazem excelentes planejamentos técnicos, mas não veem isso refletindo na prática a politica estupida. Qual a politica que temos em nível de Estado, ao falar de Estado não quer circunscrever o Estado da Bahia é o nível nacional, uma politica neoliberal que retira direitos públicos. Os Conselheiros estão dizendo não há verbas para a saúde, porque a politica que estar sendo feita desse jeito em nível de país devemos ir pra reforma politica, por que ficamos batendo muito nos executivos e esquecemos o Congresso que não representa o povo e que legisla contra o povo, um Congresso que tira verba da saúde e quer fazer a reforma previdenciária e acabar com as aposentadorias. Espero que aqui não seja uma futura Grécia, com aposentados passando meses com proventos reduzidos e com o não recebimento. Citou como exemplo que ver no PAS segmentos que historicamente são excluídos e continuam excluídos, vem à questão da saúde mental por Dr. Valencius Duarte os CAPS e as residências terapêuticas estavam todos acabados, vai transformar esse o grande país dos manicômios. Com toda politica antimanicomial e são 165 manicômios no Brasil, nos países Progressistas esses manicômios já foram extintos e vemos nas comunidades terapêuticas antigos diretores de manicômios dentro das residências terapêuticas, porque são democráticas, estão abertas para fazer uma politica diferenciada para quem tem transtorno mental. Pior do que isso se tira um médico progressista e se coloca um Dr. Valencius uma pessoa desacreditada e repudiada. Não sabe como o Ministério da Saúde mantem esse cara apesar de todos os protestos. São muitas coisas é uma excelente equipe técnica mais precisa de uma politica melhor que seja voltada realmente para o social, para isso precisamos ir para reforma politica no país e tirar esse conjunto de deputados que não nos representam e que só fazem politica para os banqueiros e grandes empresários. O Senhor Presidente informou que iria fazer algumas colocações mais foi comtemplado, e algumas perguntas que chegaram à mesa dos convidados foram respondidas. As maiorias das falas foram em relação aos recursos aplicados em saúde e de 2009 a 2015, ver as proporções e que poderia ser investido muito mais, deveria ter quanto estar se investindo por per capita na apresentação no tem, precisamos saber quanto é a per capita de cada pessoa no Estado que a SESAB e Ministério da Saúde estar investindo. Uma coisa preocupante com relação o Controle Social e comunga com muitas coisas que foram colocadas pelos Conselheiros, a Gestão precisa entender que o Conselho é um órgão colegiado e deliberativo, uma instancia que estar acima da Secretaria Estadual de Saúde, um órgão deliberativo que discuti a politica de Saúde do Estado. O Conselho Estadual de Saúde não tem que fazer a Gestão, tem que discuti a politica, não temos essa visibilidade dentro dos nossos relatórios começa pelos os investimentos. Fizemos uma Conferência de representatividade da sociedade da Bahia e não parecem os valores que foram gastos, mas o Presidente estar com seu nome e CPF e responsável pela conferência. A 4ª Conferência de saúde do trabalhador o Ministério da Saúde o auditor, como auditor a SESAB, ainda não recebeu a resposta. A Gestão precisa entender que a mesma responsabilidade que Secretário de Saúde Fabio Vilas Boas tem, o Conselho Estadual de Saúde tem na presença de um usuário e nas 64 representações dentro do Conselho. Não apareceram os valores gastos na Conferência e não apareceram os valores gastos durante esse período. Estar nítido que em 2016 esse Conselho precisa se debruçar e a Gestão precisa entender que qualificar o Conselho e qualificar os Conselheiros Municipais de Saúde desse Estado e dos 417 Municípios é uma prorrogativa desse Conselho. Não abre mão da discussão no conselho vai ser bom para a Gestão, porque as críticas é uma forma de construção e as construções foi um meio do Controle Social na reforma sanitária do que estamos discutindo. O momento que o país esta passando onde os movimentos sociais e controles sociais são de fundamental importância para da sustentabilidade ao Governo, porque quem estar dando sustentabilidade ao Governo é Movimentos Sociais, os sindicatos, os trabalhadores, precisa repensar o que queremos a partir de agora o dialogo. Recebeu o relatório com dois anexos e pede a Gestão para facilitar a discursão,

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

quando é bom aparece os comparativos, quando o dado é ruim não aparece colocar a apresentação simplificada e encaminhar para os Conselheiros junto com os anexos. Essa apresentação não veio foi colocada na reunião. Tragam a apresentação para o Conselho com os dois relatórios será uma discursão mais qualificada. Informou que Dr. Badaró pediu para se retirar para participar de um evento no HEMOBA. A senhora Clarissa (DAB) Informou que trouxe alguns dados para dialogar melhor em relação ao questionamento do Conselheiro Júlio sobre o programa MAIS MÉDICO. É preciso considerar e avaliar que as consultas que vem sido realizada pelo programa MAIS MÉDICO, tem um foco muito maior de saúde coletiva, uma consulta que demanda um tempo maior que vem demonstrando uma resolutividade maior. Infelizmente uma analise de um dado frio realmente não dar para analisar a qualidade que esta sendo prestados. Como diretoria da Atenção Básica do Estado tem ouvido relatos de Gestores que vem em busca de soluções de alguns casos que acontece no interior, de hospitais pequenos portes, quem vem diminuindo o numero de AIHs, principalmente por intercorrência de diabete e hipertensão devido à resolutividade da Atenção Básica de algumas unidades que tem profissionais do programa MAIS MÉDICO. Alguns dos dados que estamos observando são dados de qualidade, fora que precisamos considerar que Saúde da Família o foco dela não é apenas de consulta médica, temos a ação de saúde e educação, temos observado um numero maior de ação e articulação principalmente pela equipe e pelo médico dessa equipe da Saúde da Família, de articulação com Educação, Secretaria de Desenvolvimento, Assistente Social, Defesa Civil e dos municípios. Tem havido um numero maior de visita domiciliar tem o dado do CIA para podermos pensar e articular, o numero de visita domiciliar em 2012 realizadas por profissionais de nível superior era 70 registrados no CIA, em 2015 alcançamos o numero de visitas domiciliares de 16.596. Tem outros dados relacionados às ações de promoções e prevenção em saúde, que em 2008, o dado era de 38.480 e em 2014 é de 47.825, precisamos fazer uma análise de forma ampliada, não focada apenas em um dado, mas sim em todo foco que Saúde da Família traz para o território. Queria trazer para serem analisadas as críticas a serem feitas e até melhor, porque o programa tem as críticas, precisa ser avaliado e não focado nos dados frios e sim em todas as qualidades que vem trazendo e ampliando a resolutividade da Atenção Básica a partir desse programa. Valdélio da Assessoria de Planejamento e Gestão (APG) informou que abordaria todos os questionamentos, lembrando que algumas questões foram repetidas e citou como exemplo o percentual de gastos de saúde que foi abordado pelo Conselheiro Júlio e Cicero. "É fato que temos que trabalhar e lutar para aumentar os gastos, isso é consenso, como também é consenso que existe um subfinanciamento da saúde no País." "Temos que envidar todos os esforços para aumentar os gastos, e passa também Conselheiros pela questão do subfinanciamento que precisamos vislumbrar alternativas para financiar a saúde." Informou que teve um ponto que o conselheiro colocou a priorização por parte Governador, afirmou sem sombra de dúvida que o Governo do Estado e o Governador têm priorizado a saúde. Citou como exemplo a questão dos consórcios, inclusive com gastos. Há um momento de dificuldade, mas mesmo nesse momento de dificuldade os consórcios por exemplo, terão 40% do seu financiamento feito pelo o Governo do Estado com recursos próprios que são recursos novos. Todas as obras da saúde estão tendo o seu cronograma de pagamentos feitos, há uma priorização a questão é se podemos e devemos gastar mais? Temos que lutar e por isso concorda plenamente que são as duas considerações nos gastos na saúde. Conselheiro Luiz Américo falou das metas de 50% o que aconteceu, temos que ir para o relatório detalhado e abordar cada item especificamente com as áreas da secretaria. Estar aberto para discutir qualquer ponto do relatório, o Conselheiro falou todas as metas que tem 50%. Coloca a SESAB inteira a disposição para dialogar sobre qualquer meta e qualquer ponto especifica e iremos à área se for para SUREGS iremos à SUREGS, se for para SUVISA iremos para SUVISA, se discute e se conversa. Falou que lembrando que muitas dessas informações estão detalhadas no relatório consolidado, o que porventura não estiver consolidado, o senhor ou qualquer outro Conselheiro podem nos procurar que estaremos abertos a fazer uma interlocução com a área e dar as respostas que forem necessárias. A questão da fidedignidade e veracidade das informações garantir a todos que as informações apresentadas são informações que coletada com a maior diligência possível e com muito cuidado e o que foi apresentado reflete a realidade. O Conselheiro Cicero falou sobre o SAMU de Remanso, teremos que fazer uma pauta especifica com a prefeitura e a área técnica da Secretaria e se coloca a disposição para fazer uma interlocução com a área para saber o que esta acontecendo por lá. O conselheiro Ivonildo Dourado Bastos informou que a SAMU é um serviço de Gestão Municipal, e tem uma contrapartida como determina a resolução portaria Ministerial de 25% de incentivo do Estado para funcionamento. Explicou que o problema do SAMU de Remanso, é porque o Ministério da Saúde ainda não habilitou o serviço, não tem sido repassado à contrapartida Federal e o Estado só aporta o incentivo Estadual quando Ministério habilita, e esse serviço estar sendo custeado exclusivamente pelo Município sem contrapartida Federal e o município têm reclamado. É de conhecimento do COSEMS, Diretoria da Atenção Especializada (DAE), vai ser tratada como pauta do grupo condutor, que é um grupo que formado pelo Estado, Município, e pelo Ministério como ponto de pauta para tentar buscar uma solução não só para Remanso, mas todos os casos

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689 690

691 692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

semelhantes. Valdélio (APG) informou que além do SAMU de Remanso, o conselheiro Lázaro falou do SAMU Santo Estevão e é o mesmo raciocínio. Temos que ver o que estar acontecendo no município e se houver alguma coisa que o Governo do Estado possa fazer estamos à disposição para fazer o diálogo. Conselheira Maria do Carmo a Saúde o programa sem Fronteira segundo a senhora tem algumas pessoas que fizeram a cirurgia e tiveram problemas, passou o contato do Dr. Enádio Coordenador da área para a conselheira entrar em contato e conversar com o doutor, que é uma pessoa extremamente aberta é quem coordena a Saúde sem Fronteira e vai solicitar ao doutor para realizar uma reunião entres os conselheiros. O conselheiro Ivonildo Dourado Bastos informou que a questão da Saúde sem Fronteira no quesito cirurgia eletiva de Oftalmologia, cirurgia de Catarata, os dados levantados de todos os mutirões que foram realizados no Estado da Bahia, apresenta a intercorrência de 1.7% de todos os pacientes atendidos e o próprio programa ele tem o ambulatório de segmento que dar assistência a essas pessoas que tiveram problemas pós-cirúrgico. A própria Organização Mundial de Saúde dentro de processos semelhantes mundialmente realizados admite-se até 4% de problemas relacionados com programas da mesma magnitude e do mesmo tipo. Então estamos com 1.7% de intercorrência e a Secretaria da Saúde tem dado a atenção aos pacientes que apresentam problemas provenientes dos mutirões de cirurgia eletiva de Catarata. Valdélio (APG) informou que foi ótimo o esclarecimento do conselheiro Ivonildo, seria interessante a conversa da conselheira Maria do Carmo com Dr. Enádio, tem certeza que o Dr. Enádio vai ter o maior prazer em recebê-la e dialogar. A conseleheira Maria do Carmo Brito de Morais informou que quando se joga na mídia verdade, mentiras ou duvidas, acaba ficando como verdade, e trouxe essa situação como uma preocupação para saber o que aconteceu e quais os motivos. Valdélio (APG) informou que as questões dos presídios tem que ter um diálogo com a secretaria que cuida dessa área, porque as observações feitas transcende a questão da assistência à saúde das pessoas que estão nos presídios. A citação do CES no relatório foi apresentado o quadrimestre no relatório anual de gestão se as informações não estiverem no relatório detalhado certamente vão constar no relatório anual de gestão. O conselheiro Silvio falou sobre o plano Estadual de Saúde Jouber fará as considerações, o conselheiro Marcos fez algumas considerações sobre os dados novamente reafirmou ao conselheiro que esses dados são fidedignos e que estão de portas abertas para esclarecer e detalhar quaisquer dados que quaisquer conselheiros queiram debater ou discutir. Com relação ao pedido de Ricardo do investimento per capita tem como fornecer essas informações. Reafirmar que o controle social é muito importante e se por ventura não estiverem enxergando o controle social nos relatórios, pode-se criar uma comissão e discutir com a APG e formar todo relatório, se houver alguma deficiência com relação à visualização das ações no relatório estarão de portas abertas para discutir melhor e atender todas as demandas. Colocamos o total de gastos e são algumas informações sintéticas e pode colocar sem problemas algum, vamos sentar discutir como estar sendo feito com o PES que tem uma comissão que esta tralhando junto com nós. Pode fazer isso não só com as apresentações mais com todos os relatórios, é uma pauta que precisa senta discutir um novo formato de relatório quadrimestral, um novo formato de relatório anual, temos que pensar em novas formas como estamos fazendo com o PES, fazer um novo formato para que seja algo muito mais útil. Falou sobre a última demanda solicita trazer para as apresentações o relatório e o que não for enviado, será enviado tudo por e-mail. Passou a palavra para Jouber para falar sobre o PES e responder a pergunta do conselheiro Silvio. Jouber APG comunicou que em primeiro lugar queria agradecer a participação dos conselheiros membros da comissão do PES 2016-2019 que tem de fato qualificado em muito a construção do PES. Lembrou que o prazo para sugestões é até o dia 19 de abril, inclusive no formato disponibilizado para os membros da comissão. O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos solicitou questão de esclarecimento e informou o motivo de ter se atrasado, estava no encontro de mulheres guerreiras denominadas dentro do presidio feminino na Mata Escura. Essas mulheres realizaram o encontro e fez convite a Arão que socializou para que alguém pudesse ir. Falou que estava nesse encontro onde essas mulheres mostraram sua capacidade de reagir a qualquer tipo de violação dos seus direitos e que está muito entusiasmado. Dentro do sistema prisional tem a situação do grupo condutor da politica do sistema prisional e estar trabalhando nesse projeto construiu uma proposta para ser apresentada na CIB e no COSEMS, para que a saúde dentro do sistema prisional possa funcionar uniformemente, mas infelizmente não tem tido respostas dos municípios, só Teixeira de Freitas apresentou proposta de adesão. Falou que de dez municípios ou mais só um se manifestou com interesse de cuidar das pessoas privadas de liberdade em seu município. É angustiante porque o Estado não está preparado para executar a não adesão dos municípios e vai acarretar que Estado assuma todos os outros. Disse que o Estado terá que assumir essa responsabilidade da saúde dentro do sistema prisional, e as pessoas com transtorno mental que estão com conflito com a lei e estão trabalhando para desenvolver esse plano para essas pessoas serem assistidas. Os municípios não tem interesse o COSEMS precisa se posicionar no Conselho e dizer se vai assumir ou não a politica de saúde dentro do sistema prisional nos municípios que tem presídios. Não dá para os municípios ficarem isentos simplesmente empurrando para o Estado e se eximirem dessa responsabilidade. A violação do direito a saúde das pessoas que estão privadas de liberdade é gritante e

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773 774

775

776

777

778

779

não dá para conviver. Devemos se atentar de que forma o Estado vai assumir a saúde no sistema prisional, porque a saúde no sistema prisional é tratada pela Secretaria de Justiça e outras instanciam que não é a saúde, a Secretaria Municipal ou Estadual precisa assumir essa situação. O Senhor Presidente informou ao conselheiro Silvino que é preciso dar outro encaminhamento a saúde prisional, porque quem faz saúde é a Secretaria Estadual de Saúde e quem tem que assumir é o Estado, se vai compartilhar ou não com o município vai ser discutido. Falou que a indagação feita é bem vinda e precisa fazer uma discursão mais ampla no conselho. Comunicou aos conselheiros que a apresentação do terceiro quadrimestre não tira relator, têm as gravações do primeiro, segundo e terceiro quadrimestre, as anotações e todas as considerações encaminhadas pelo pleno, para no próximo mês quando for feita a apresentação do RAG 2015 e o parecerista tenha em mãos todas as recomendações, dúvidas, questionamentos que foram feitos durante a apresentação dos três relatórios para que subsidie e traga para o pleno. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que em relação ao pedido de vista se tiver algum conselheiro a vontade e quiser pedir cabe, porque o regimento diz qualquer matéria apresentada no conselho é passivo de pedido de vista por qualquer conselheiro que não se sinta esclarecido. O regimento foi aprovado nesse pleno e dirige esse espaço. Pedido de vista não quer dizer que vai mudar o parecer que a pessoa vai ser um relator, ao dar um prosseguimento para o pleno precisa ter uma certeza. A 141 não coloca os quadrimestrais como deliberativa, mas recomenda para que haja recomendação para nortear mudanças de perspectivas. Se tivesse nos ouvido anteriormente no primeiro e segundo quadrimestre não iriamos chegar à realidade que está agora nesse terceiro quadrimestre. O que é perigoso e grave e trazem preocupação é a apresentação do quadrimestre onde as falas dos conselheiros dizendo que os dados que foram apresentados é um dado mentiroso e prova que é mentiroso. É um risco que do conselho esta sendo induzido a recomendar e fazer uma avaliação de algo que não existe. Recomenda que este conselho possa deixar como recomendação que na apresentação do relatório de gestão esse sim que o conselho vai deliberar, a Secretaria Estadual de Saúde possa trazer os instrumentos que foram usados para acolhimentos desses dados. Precisam trazer para nós onde foram que levantaram esses dados, porque está nítida se o conselho Luiz Américo confia muito na análise e capacidade do conselheiro tem como provar que um dado está errado, automaticamente vai receber um RAG com dados falsos que não condiz com a verdade. O Conselheiro Lázaro Ribeiro de Souza solicitou um esclarecimento de Valdélio quando ele colocou as 44 auditorias públicas, quais foram as denuncias que foram feitas e quais foram às melhorias. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga parabenizou a apresentação de Valdélio, apesar das criticas foi bem formatada e apresentada. Salientar uma coisa que Valdélio falou e é verdade, que o Conselho ainda não se pronunciou sobre se é consenso que precisa aumentar o investimento em saúde no Estado da Bahia. Porque que o Conselho não emitir uma moção ao Governador cobrando que o Estado gaste pelo menos à média nacional 14% do orçamento do Estado com saúde. A primeira vez que ver serem apresentados esses dados em relação á 2015, se for consenso aprovar consensualmente essa moção. O Governador falou que saúde é prioridade que transforme a realidade em números, se é prioridade em palavras, não resolve. Se o Conselho achar consensual aprove em unanimidade 14% no orçamento Estadual para a saúde. O Senhor Presidente Informou que todas as colocações que foram feitas pelos Conselheiros não diverge da mesa e que tem um instrumento legal, conforme a lei complementar 141 que é o RAG. E que para não queimar etapas é preciso seguir uma linha do tempo, não adianta fazer uma moção. Primeiro tem que ver o parecer do Conselheiro, porque ouviu a Gestão, e se debruçar para saber quem será o parecerista do Conselho que vai enxergar com outra visão. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga informou que a moção não é em relação ao RAG, o quadrimestre foi demonstrado e apresentado como dados oficiais, não tem como reprovar porque esse dado está posto e foi acima da lei 12%. O conselho tem que cobrar que em 2016 a execução orçamentária seja de 14% da arrecadação, essa moção não precisa do parecer e tem que se aprovar logo para que haja remanejamento dentro da Secretaria. O Senhor Presidente Informou ao Conselheiro Júlio que não será uma moção, vai ser encaminhado um ofício para o Governador solicitando que amplie o orçamento para o porcentual de 14% de acordo a proposta apresentada. Não é uma moção, vai ser encaminhado um oficio para o governador Rui Costa. O Senhor Presidente consultou o pleno para saber se tinha alguma divergência com a proposta colocada pelo conselheiro Júlio. Não houve nenhuma divergência, o Conselho vai encaminhar um oficio ao Governador solicitando que amplie os gastos em saúde de 12% para 14% no ano de 2016. A Conselheira Lilian Fatima Barbosa Marinho informou que era pra gestão ter apresentado o relatório anual de gestão até 31 de março conforme a lei, não foi apresentada porque não conheciam o relatório do 3º quadrimestre e que acabaram de conhecer foi feita algumas considerações que a gestão vai ter que colocar para o RAG. O que interessa é o relatório anual de gestão que vai ter várias questões que foram colocadas com relação ao 1º 2º e 3º quadrimestre, inclusive colocar percentual de gasto. O plano estadual de saúde que é outra peça que é calo no sapato porque ele teria que ser feito de uma forma mais democrática, temos quatro conselheiros que estão lá, quer saber se vai entrar em consulta pública ou como vai ser o processo e citou como exemplo as coisas relativas à saúde das mulheres, mesmo sabendo que o conselheiro Silvino quer

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

saber sobre a situação da questão prisional, quer discutir com sua rede qual o espaço e tempo que tem, qual é orientação em relação a isso. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que entende a angústia de alguns conselheiros que tem que focar no RAG, compreende de fato que é no RAG que deliberamos mais temos que ter no mínimo a responsabilidade com a construção do processo. Quando foi pensado que seria a apresentação de quadrimestre e que dividiram ate chegar o RAG em processo, processo que esse conselho poderia fazer recomendação que poderia mudar o percurso o que não houve. Estou chamando a atenção com a fala do conselheiro Luiz Américo ele traz outro elemento que é um elemento diferente, ele não esta trazendo elemento que diz que discorda com tal ação, ele não colocou que discorda com tal indicador. Falou que foi colocado que tem um dos indicadores que foi apresentado que a indício de ser falso, se o que foi colocado pelo conselheiro Luiz Américo de fato for verdade, automaticamente estaremos remetendo para o RAG porque não vai poder mudar o terceiro quadrimestre um dado que não condiz com a verdade que vai influenciar quando o relator pegar para fazer o parecer no geral, que é a emissão de um parecer a partir dos dados que foram apresentados. "A sugestão já que estamos na última reunião desse pleno deste conselho e não podemos pedir vista porque não cabe, não podemos aprovar ou reprovar porque também não cabe porque é recomendativo, o que podemos fazer é devolver o quadrimestre a gestão para que façam os ajustes e apresente junto com o RAG o mínimo que podemos fazer." "Porque se o conselheiro Luiz Américo trouxer os dados que comprovem que os dados apresentados na apresentação oficial da secretaria estadual da saúde é um dado falso, pode ser enquadrado como um crime ou uma tentativa de estelionato apresentar algo que não existe para induzir o conselheiro a fazer o julgamento de algo que não existe." O Senhor Presidente solicitou a todos que tivesse um pouco de tranquilidade porque no pleno tinha presença de agentes públicos, e do controle social que tem responsabilidade. Informou ao conselheiro Marcos que o conselheiro discordou de determinados dados do 3º quadrimestre, mas o mesmo não está com os dados em mãos, e ele precisa se prontificar e colocar essa divergência no papel e formalizar conforme a lei. Colocou como exemplo o conselheiro Luiz Américo, divergindo de determinados dados apresentados no 3º quadrimestre, como todos conselheiros fazem. Não tem prejuízo nenhum porque o que foi apresentado e o relatório do 3º quadrimestre está nas mãos de todos, por isso não precisa ter vista. O levantamento que o conselheiro Luiz Américo trouxe vai ser apresentado no RAG 2015, se houve inconsistência, conforme foi colocada a inconsistência apresentada, porque são números e números são fatos. Estamos discutindo que os números de leitos e de UTIs não são esses, se o conselheiro tem o documento comprovando, ele vai apresentar. A gestão apresentou o número nesse momento e cabe recomendação, ressalva, aprovação ou não do pleno no RAG de 2015 é o que lei diz. Conselheiro Antônio Marcos como vai devolver uma coisa que só estamos apreciando, para devolver teria que provar e não estamos duvidando da palavra de ambas as partes. O Presidente solicitou ter um pouco de clareza, a questão da duvida é um principio constitucional e as pessoas que duvidaram tem que apresentar e a gestão responder, estamos fazendo um pré-julgamento antes, nós somos controle social e defendemos. O Conselheiro Cícero Figueiredo Ribeiro salientou que iria contribuir com a discursão e informou que o Estado apresentou os dados, e cabe o representante do Estado dizer que mantem os dados ou não. Tem a responsabilidade de provar que esses dados são verdadeiros ou informar que vai analisar melhor, vai retificar esses dados porque o Estado tem toda responsabilidade inclusive legal por esses dados. Falou que cabe confiar ou não nesses dados, tem que fazer uma busca para saber se esses dados são verdadeiros ou não. Não sendo o Estado responde legalmente através de uma solicitação do Conselho ou do Ministério Público, e existe todo um aparato legal que faz o Estado responder ou não, ou ser responsabilizado. Os dados que trouxeram é de responsabilidade de quem traz e cabe a Valdélio dizer que vai rever esses dados, ou dizer que mantém esses dados porque tem convicção que eles estão corretos. O Conselheiro Antônio Marcos Almeida Sampaio solicitou questão de ordem e informou que o conselho pode sim devolver não só pela convergência de Luiz Américo, os dados dos recursos gastos na conferência não aparecem, nem os recursos gastos por outras secretarias. Se for consenso desse pleno podemos devolver sim, a preocupação de alguns conselheiros é porque vai assumir no dia 08 de maio 2016 o outro conselho, porque vai ter eleição, e posse, e vai caber esse conselho reaver esse relatório ou não. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio informou que existe uma responsabilidade do pleno do conselho quando o Presidente colocou que somos controle social. Somos controle social houve uma apresentação no conselho do 3º quadrimestre que traz inconsistência, o gasto com a conferência não estão presentes, então o relatório é inconsistente ele não traz dados que consideramos que seria importante, ele não cita o conselho, isso por se só já seria por nós o suficiente para dizer não, queremos que ajuste e traga o reflexo da realidade. Tem mais um agravante o conselheiro colocou que foi apresentado um dado que não condiz com a verdade é falso, e o conselho pode esta sendo induzido a fazer uma avaliação de algo que não condiz com que estar ai fora. Chamo os conselheiros que são trabalhadores e usuários a uma reflexão, cada um de nós sabe, quando vamos ao serviço de saúde no Estado, de fato não condiz com a realidade, e automaticamente reafirmar que esse 3º quadrimestre vamos dar como recomendação que se coloque todos os levantamentos

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860 861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

que foram feitos porque não houve recomendação, houve reflexão do que foi apresentado. Ninguém fez recomendação. Falou que se colocar que é válida, que é o suficiente, automaticamente remetemos para o RAG algo que pode ter indício do que não condiz com o que era real. Falou que citou a questão da economia e Valdélio não citou. Que o Secretário foi pra imprensa e disse que 800 milhões foram economizados com os lençóis e as fronhas do Roberto Santos, que inclusive no momento em que foi colocado, criou um constrangimento para os trabalhadores do Roberto Santos porque parecia que eram eles que estavam dando sumiço nos lençóis e nas fronhas e é preciso saber onde é que está. Solicitou o encaminhamento ao Presidente que coloque em aprovação em votação a possibilidade de devolver ou não a gestão para que ela traga o relatório que condiz com a realidade ao próximo pleno do conselho. Solicitou que colocasse em votação a proposta mesmo sendo o único a votar na possibilidade da devolução para que esses ajustes sejam feitos e o relatório condiza com a realidade. O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva informou que não cansa de repetir que o sistema único de saúde a responsabilidade é de todo o sistema único de saúde e da instituição governamental e é responsabilidade também da instituição não governamental. Temos uma situação grave dentro desse relatório e não fez nenhum comentário do ponto de vista técnico, nem visual, fez do ponto de vista do que foi apresentado no relatório não reflete com o que vemos na realidade. Estamos vendo alguns colegas apontando alguns defeitos, e essa questão do controle social não está contemplado por não ter dados da conferência é um equívoco gravíssimo. A questão que o conselheiro trouxe dentro da sua avaliação, um dado que não reflete a realidade é também um dado grave que nós temos, e não podemos deixar passar, inclusive transferindo essas responsabilidades para o novo conselho. Essas observações tem que ficar registrada oficialmente no relatório, e concorda com Marcos quando coloca que tem que devolver, não se pode referendar algo que não está traduzindo toda verdade, não vai comprometer nada em relação à administração da gestão até porque a administração não tem respeitado este conselho. "A gestão não respeitou o conselho quando nos colocamos contra o consórcio, e vacilamos enquanto conselheiros porque deveríamos ter feito como fizemos com as extinções das Dires, criar movimentos dentro das regionais para discutir consórcios municipais de saúde, porque isso não é consórcio e nós vamos ter que voltar a discutir consórcio porque é uma compra de serviço da rede particular." O conselheiro defendeu a proposta do conselheiro Marcos de ser realmente votada a questão de devolutiva ou não. O Conselheiro Cícero Figueiredo Ribeiro solicitou questão de ordem e informou que pelo o que conhece não cabe dentro do regimento à devolutiva. Se vai ser analisado por outro pleno problema, infelizmente temos que ser legalista seguir o que está escrito e não podemos pegar o regimento e simplesmente rasgar por achar que foi apresentado um dado errado, se foi apresentado um dado errado ele vai ter que responder até criminalmente se for o caso. Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos informou que em relação à gestão faz um encaminhamento muito semelhante, a gestão entende que é uma apresentação de um quadrimestre e o conselheiro utilizou a fala e informou que a 141 não prever aprovação e emissão de parecer e sim apresentação. A gestão encaminha que todos os dados divergentes do quadrimestre apresentado sejam formulados pelo CES, à equipe responsável pela elaboração dos relatórios quadrimestrais e do relatório anual de gestão, e que essas incorreções apontadas sejam corrigidas devidamente no relatório anual de gestão que é um instrumento que é apreciado e deliberado por esse conselho que contempla os três quadrimestres. Caso o conselho entenda que cabe a devolutiva a gestão exige que a devolução seja embasada regimentalmente, embasada na 141, e que os pontos horas falados sejam registrados e apodadas as divergências porque não se cabe dizer que a gestão mente, e que os conselheiros falam a verdade, sem fazer juízo de valor de ninguém até porque em tudo se cabe o contraditório e o direito de defesa, e principalmente quem acusa cabe ônus de provar quem apresentou está equivocado. Então, a gestão encaminha que sejam apontadas as inconsistências do quadrimestre que foi apresentado para que seja devidamente corrigida na apresentação do relatório anual de gestão, que terá relator que vai apontar se as inconsistências foram remetidas, corrigidas, ou reapresentadas ou não. Esse é o encaminhamento da gestão no sentido que os conselheiros estão corretos de apresentar as inconsistências na visão de cada um, e se realmente os conselheiros estiverem corretos, cabe à gestão corrigir os erros que foram apresentados na apresentação, e no RAG esse sim que é o instrumento de apreciação e deliberação desse conselho. O Senhor Presidente informou aos conselheiros que o documento que rege o conselho é a ata, a ata é transcrita é o documento balizador das deliberações CES. Das atas são tiradas as resoluções e tudo que é dito é transcrito na integra. O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara informou que não faz questão nenhuma que o relatório seja apreciado se for fazer alguma avaliação vai ser RAG, são questões políticas se for o caso, é feito um filmezinho esculachando o Governo e mandamos para o Ministério Publico se necessário. Comunicou que queria apresentar uma moção de repúdio com relação ao que foi apresentado. A Conselheira Lilian Fatima Barbosa Marinho solicitou questão de encaminhamento que além da ata, que saia uma recomendação deste Conselho para que a gestão faça a averiguação, se for o caso, do que foi declarado. O senhor Presidente informou que a mesa encaminharia para Gestão todas as recomendações colocada por todos os conselheiros, para ser corrigida no RAG e a proposta foi aprovada à unanimidade.

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara leitura da moção de repúdio. Moção de repudio ao baixo investimento do Estado na Assistência Materno Infantil evidenciado na baixa execução orçamentária do compromisso sete da programação anual de saúde de 2015, segundo apresentado pelo representante do Governo ficou em 50%. Esse fato se reflete nas precárias condições de atendimento nas maternidades públicas e predisponha movimentos paredistas de trabalhadores como está ocorrendo atualmente na maternidade Albert Sabin. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos solicitou questão de esclarecimento sobre a questão da obstetrícia e informou que tem varias questões envolvidas, citou como exemplo que o Estado entende que existe realmente uma crise na obstetrícia no Estado da Bahia. Entende que todas as maternidades apresentam de fato problemas e não são problemas simples são problemas graves mas esses problemas eles não se resume simplesmente a se apresentar uma moção de repúdio a um ente, tentando responsabilizar esse ente por todo esse contexto que já foi discutido no conselho. Citou como exemplo quando é avaliado que o município de Salvador não tem uma maternidade nem um leito de maternidade, os partos de ricos habitual que poderiam e deveriam está sendo feito em unidade de baixa ou até de média complexidade, como não existe essas unidades é repercutido nas nossas maternidades que deveriam fazer atenção e assistência ao parto de auto risco. Se levarmos em consideração que existe uma região metropolitana que sobrecarrega nossa rede, onde principalmente nos finais de semana que as maternidades desses municípios que cercam Salvador não funcionam e isso sobrecarrega nossas maternidades, e não é investido amplamente um aumento significativo que atenda o crescimento da demanda, é um processo que tem que ser exaustivamente debatido no Conselho, inclusive os trabalhos das equipes profissionais. Não é uma simples apresentação de uma moção que resolver o processo e sim politizar, como o conselheiro Luiz Américo disse que faz o discurso politico e um filmezinho e apresenta nesse processo de discussão e que buraco é mais profundo. A crise da obstetrícia envolve desde a academia no processo de formação, perfil de profissional, quantitativo de profissionais, questão dos leitos de maternidade que o município de Salvador não dispõe e sobrecarrega nossas maternidades que deve fazer parto de alto risco e faz parto de risco habitual. Esses são alguns dos problemas sem contar os problemas nos diversos municípios e quem foi Secretário de Saúde de Município sabem disso, não tem sido fácil resolver essa questão. Já teve CIB extraordinária só com esse assunto, existe grupo condutor discutindo, as comissões Inter gestores regionais estão discutindo nas reuniões e os debates estão sendo feito nas maternidades, nos municípios com os trabalhadores e gestores, no sentido de buscar uma solução. Esclareceu que entende a questão corporativa dos profissionais médicos em apresentar uma moção nesse sentido, mas o debate tem que ser aprofundado nesse aspecto compreende a moção do conselheiro Luiz Américo, e encaminha que aprofunde mais esse debate no Conselho porque não é tão simples. O Senhor Presidente Informou que entende a moção do conselheiro Luiz Américo que consultou a mesa antes de fazer a moção, e iria fazer um encaminhamento mais politico e incisivo. Citou como exemplo o CES encaminhar um documento baseado no RAG para o Governador que é quem detém o recurso, e repassa o recurso. Sugeriu solicitar mais investimento na área de obstetrícia. E feito uma moção, mas não tem força politica para chegar ao governador. Falou que o que faz efeito é fazer um documento balizado dizer o que precisa ser investido e apresentar. Como o conselheiro Júlio colocou dizer que aumentou o recurso e Governo do Estado só esta investindo 12%, queremos que seja investido 14%, porque a população aumentou. Esse é o entendimento político vai dar mais visibilidade ao CES, porque essa moção vai ser feita pra quem? O Conselheiro Júlio César Vieira Braga solicitou ao conselheiro Luiz Américo se poder incluir na moção o baixo percentual de gastos do Governo com saúde na Bahia menos de 13%. O Senhor Presidente colocou em votação a moção de repúdio do conselheiro Luiz Américo que foi aprovado pelos conselheiros. Agradeceu a Valdélio e Jouber pela apresentação e informou que seriam encaminhadas as recomendações de todos os conselheiros. Solicitou ao conselheiro Luiz Américo que entregasse à mesa a moção que foi formulada e passo a fala para a conselheira Lílian. A Conselheira Lílian Fatima Barbosa Marinho leitura da Moção de repudio. Moção de repúdio o conselho repudia a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 143/2015 que institui o desfinanciamento do SUS ao permitir a desvinculação de 25% dos recursos destinados à saúde da união, dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal, desse modo autoriza que os recursos destinados sejam usados para qualquer outra finalidade considerada prioritária pelos governos. O Senhor Presidente colocou em votação a moção de repúdio da conselheira Lilian que foi aprovado pelos conselheiros com 16 votos a favor, e uma abstenção. A mesa encaminhara essa moção para o Conselho Nacional de Saúde, Câmera Federal, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio leitura da moção de repudio. Moção de repudio informa ao povo da Bahia, o povo Brasileiro o apoio à democracia, que o Conselho Estadual de Saúde apoia a democracia e é contra a qualquer tipo de tentativa de redução das conquista do SUS, e contra a qualquer tipo de saída no País que não for da forma democrática de reconhecer os 54 milhões de votos que a Presidenta Dilma teve nesse País. E esse conselho vai contra o golpe que está sendo instalado em nosso País. O Senhor Presidente colocou em votação a moção de repúdio do conselheiro Marcos que foi aprovado pelos conselheiros com 14 votos a favor, 01 voto contra,

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

e 04 abstenções. O José Silvino Gonçalves dos Santos Informou que foi constituída uma Comissão no Pleno do CES, composta pelos conselheiros Maria do Carmo, Gislene, Silvio, Maria Helena e Silvino. Comunicou a conselheira Lilian que ainda estão em fase de construção. Foi sábia a decisão que tomamos de constituir uma Comissão de acompanhar, avaliar e propor as propostas, por que não havia um plano construído, havia um esboço de um plano, e agora todas as áreas técnicas e o Conselho está construindo proposta para introduzir. Certamente a indagação de Lilian em relação à questão da mulher é muito interessante e necessário constar porque é uma camada da sociedade que precisa de uma atenção diferenciada, pelas contribuições e o que ela representa dentro da sociedade. Explicou que as propostas estão sendo construídas e solicitou a todos os Conselheiros que apresentem propostas até o dia dezenove não só para Comissão, mas para todos os Conselheiros que queira apresentar proposta. Seria interessante se encaminhassem para Coordenação técnica que cuida da questão da mulher uma ou duas propostas quanto for necessária e assim ficou decidido na ultima reunião, que não precise apresentar só uma, mas quantos forem necessárias à proposta que vai ser introduzida e avaliada e dessa forma está sendo construída. Ainda não tem um projeto pronto, mas haverá um seminário que vai consolidar as propostas que irão ser apresentadas. Uma duvida é a questão das metas ou tempo, qual quadrimestre cada ação que for apresentada vai acontecer. "Acreditamos que essa questão só poderá ser resolvida no seminário por que é uma questão que o Estado precisa dizer qual quadrimestre vai revisar." Disse que inclusive as Coordenações que tratarão da questão das mulheres, saúde mental e outros também segmentos, precisa encaminhar urgente essas propostas. Esclareceu ainda que no dia 12/04/2016 a coordenação se reuniu manhã inteira e construiu algumas propostas baseado na auditoria feita pelo TCE que apresenta as fragilidades e não alcance da politica de saúde pelo Estado. Encaminhamos para Gestão deliberando porá que fosse acatado todos os encaminhamentos feitos que estar dentro do relatório de auditoria do TCE. E no dia19/04/2016 houve uma reunião quem quiser contribuir também pode estar presente. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos Comunicou que precisaria se ausentar da reunião, como não tem mais pauta deliberativa obvio que não iria se ausentar para evitar quórum. O que aconteceu foi um ato para tirar um pouco o tensionamento no sentido e no aspecto, e deixar já registrado que a reunião é feita de contraditório, debate, discursões e que as pessoas efetivamente tem que respeitar as opiniões principalmente quando elas são contraditórias, divergente, e nem sempre as pessoas convergem. A Gestão muitas das vezes sofre agressões no Pleno muitas das vezes de forma correta, muitas das vezes de forma incorreta, e nunca se manifestou no sentido de dizer que estava sendo desrespeitada, nunca se manifestou exigindo respeito e coerência das pessoas, por intender que é Pleno que é contraditório que representa setores sociais, que discutindo Controle Social do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido esclarecer que a gente diverge, e que também convergem. Os caminhos podem ser divergentes, mas o objetivo é o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Não conhece um Gestor que luta efetivamente para que sua Gestão não dê certo, para que sua Gestão efetivamente não tenha êxito, só que as condições apresentadas muitas das vezes não são as condições adequadas que se necessita efetivamente para fazer a Gestão no sentido amplo, universal, equânime e integral que o Sistema preconiza. É uma questão de esclarecimento e vai ter que se ausentar, pediu desculpas a Dra. Jesuina que estar vindo falar da questão da Arboviroses, infelizmente não pode ficar, o Secretário está em Ituberá acompanhando o Governador em visita, não sabe se retorna a tempo para participar da CIB que aconteceu às 14h na Assembleia Legislativa. Explicou que é suplente nessa Comissão e caso o Secretário não tenha condições de participar tem que está presente na Reunião representado a Secretária de Saúde do Estado e justificou a sua saída da Reunião por ter que estar às 14h na Assembleia Legislativa para participar da CIB. Despediu-se deixando seus sinceros agradecimentos a todos os Conselheiros que participaram segunda-feira têm Eleição e que efetivamente possamos ter a uma grande participação de todos os segmentos que se inscreveram para participar do processo de renovação do Conselho Estadual de Saúde, e que efetivamente possamos crescer e fortalecer esse colegiado no sentido de buscar a melhoria e os avanços não só da Gestão efetivamente, mas do Sistema Único de Saúde no Estado da Bahia e no Brasil. Parabenizou a Conselheira Lilian pela a iniciativa de apresentar uma moção de repudio a desvinculação de receita da União da Saúde da Educação que vai contra a PEC, que busca alcançar até 2019, os recursos que foram retirados do Sistema Único de Saúde, quando a CPMF foi derrotada por um Congresso por três votos, buscando único e exclusivamente enfraquecer o Sistema Único de Saúde, visando enfraquecer um projeto do País e hoje estamos penando pelo subfinanciamento da saúde que têm sucateado serviços, travados avanços e ampliação desses serviços. "Nesse sentido precisamos lutar por mais recursos, melhores serviços, melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores do sistema e esse conselho tem papel importante e os debates precisam ser mais aprofundados no sentido de avançar e não ficar rodando em circulo." O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva informou que não poderia deixar de registrar, uma questão é o contraditório, a outra questão é a tentativa de desqualificar uma proposta que está sendo posta para ser avaliada, foi por isso que se irritou com Ivonildo que disse que nunca tinha o visto assim. "É bom as pessoas se acostumarem de em vez em quando vai o ver assim mesmo, não pode ser sempre aquela

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

pessoa que controla suas emoções." Esclareceu aos conselheiros sobre elaboração das propostas pela comissão. "O que foi apresentado enquanto propostas não houve tempo hábil para contemplar tudo, e também não teria capacidade de contemplar a tudo por não ter o domínio dos temas que deve está contido no Plano Estadual de Saúde, é importante que até o dia 19/04/2016 os conselheiros encaminhem proposições." Falou que nos dias 10 e 11 ainda não tem local definido vai acontecer um seminário onde seria discutido a questão dos indicadores dentro do Plano Estadual de Saúde. O Jorge Geraldo de Jesus Rosário informou estava acompanhado essa comissão do Governo, onde nas três ultimas vezes que esteve presente, e não esteve na ultima por problemas de saúde, informar a todos que a própria diretoria que está compondo, existia uma preocupação da atual gestão em disponibilizar a participação da sociedade e inclusive do conselho, em opinar. Sugeriu modificar dentro das condições que venham beneficiar a sociedade e a gestão do Governo. Colocou para conselheira Lilian que ela teria todas as condições técnicas como profissional de sugerir e inclusive encaminhar por escrito para essa comissão se identificando como conselheira, estar sendo colocado inclusive à disposição o projeto dentro do próprio conselho e isso já foi posto para todos. Falando com a representação da secretaria que se encontrava na reunião, e Ivanildo não se encontra no momento mais fez uma colocação que foi muito positiva, devemos observar que estar havendo uma modificação no pensamento e observe o que Ivonildo colocou tudo o que foi posto na apresentação, se submeteu a aceitar todas as criticas dos próprios conselheiros fazer as modificações que forem necessárias e cabais a essas representações que foram festas, para que a própria apresentação seia consubstanciada de informações verdadeiras e modifique o pensamento negativo que está das informações que foram colocadas. É um avanço enquanto conselho significa que a própria secretaria esta começando a olhar as sugestões e as deliberações do conselho, enxergar de uma forma positiva, e enquanto o projeto tem toda participação nossa. A Conselheira Lilian Fatima Barbosa Marinho Comunicou que precisaria se ausentar da reunião porque iria dar aula às 13h30min e não vai nem almoçar, e deixou registrado que foi a conselheira relatora da 9ª Conferência Estadual de Saúde, a equipe sistematizou sete mil propostas foram mais de dois meses de trabalho. Falando com muita efetividade remetendo para o relatório de auditória, nós conselheiros temos que valorizar o que fizemos e construiu com muita dificuldade, trabalhou e muito sistematizou sete mil propostas não pode ser desconsiderado. Não tem politicamente que se relacionar com a área técnica da saúde da mulher por ser conselheira, e como conselho, tem que agir como tal, é uma recomendação que faz por não querer apresentar 500 propostas, porque até tem por militar durante muitos anos, não pode ser o que pensa, mas o que este Estado diz em relação. Essa deve ser a estrutura do plano porque foi aprovado em conferência ainda que tenhamos que priorizar, e como essa é a ultima reunião desta gestão se despede por não saber o que vai acontecer dizendo que de fato precisamos exercer melhor o controle social, trabalhando com respeito e responsabilidade politica em relação às coisas que fazemos Conselho, porque esta com o pleno vazio, esta com um pleno que precisamos esperar dar quórum pra começar, diz para todos com muita emoção que ficar sem entender o que isso significa. O Senhor Presidente informou que quando foi deliberada essa comissão a gestão garantiu o relatório da 9ª Conferência Estadual de Saúde com as propostas, e estar fazendo a metodologia da comissão para ser aberta para todos fazem suas colocações e propostas. Dra Jesuína informou que queria fazer uma ponderação com os conselheiros que estavam presentes por não ser uma apresentação para si, nem para um ou duas pessoas, seria uma fala para compartilhamos a situação da Arbovirose que foi apresentada na reunião do dia 10 de março de 2016 que está disponível no site, salientou que as perguntas que foram feitas na reunião do dia 10 que não deu tempo de ser respondidas por ter passado o horário da Assembleia, foram preparadas as repostas, só que não conseguir enviar para Poliana para que fosse compartilhada com os conselheiros. Solicitou que fosse avaliado pelos conselheiros presentes se vale apena, visto que naquele horário ninguém tinha almoçado ainda qual seria o aproveitamento de uma conversa dessa. Fica a disposição já que ficou decidida como pauta permanente do conselho durante o plano de enfrentamento da microcefalia, pelo que entendeu da reunião passada. Podemos deixar para fazer uma apresentação no inicio na próxima reunião porque não gerar tanta polemica, gera preocupação e é responsabilidade todos tem que compartilhar, que seja feita a avalição dos conselheiros presentes e o presidente se vale apena fazer a apresentação. O Senhor Presidente informou que não tinha quórum e foi colocado pela Dra. Jesuína que na ultima reunião foram feitos vários questionamento por conselheiros que não estão na reunião. Fez a proposta aos conselheiros se poderia adiar a apresentação para próxima reunião do dia 12 de maio, porque seria mais enriquecedora essa discursão o que foi aprovado por todos conselheiros presentes. O Senhor Presidente agradeceu Dra. Jesuína e pediu desculpas e informou que no dia 12 de maio seria colocada como prioridade com relação à questão da Arboviroses. O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos Falou da situação das pessoas de Juazeiro que adquiriram infecções em cirurgias de glaucoma e catarata, causando baixo estima, e uma serie de situações. Que nesse programa de correção de catarata tem ocorrido diversos problemas e quis saber porque esse programa esta sendo aplicado em salas de aulas, se precisa de um espaço adequado para ser feitas essas cirurgias e estão sendo feitas de maneira desorganizada e sem nenhum critério de higiene,

1081

1082

1083

1084

1085 1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

vigilância sanitária, sem acompanhamento, e têm ocorrido até mortes. Atingindo de maneira especial as pessoas idosas, quando dizem que a cirurgias de catarata vai fazer enxergar bem, e depois de feita à cirurgia acabam perdendo a visão e uma série de coisas que ocorrem. Fez a proposta para que a Comissão de Acompanhamento fizesse uma visita a Juazeiro por ter ocorrido 28 casos denunciados para saber de fato o que ocorreu por lá. Sugeriu trazer a Coordenação de Atenção a Saúde da Pessoa ou do programa para se debater sobre melhorias para que não continue dessa forma. Informou que as ultimam cirurgias feitas em Juazeiro foram feitas em uma sala de aula. Falou que para uma cirurgia de catarata é preciso conhecer os pacientes para saber qual o tipo de lente que esses pacientes devem receber. "Parece que essas pessoas idosas estão recebendo lentes padrão por que chegam à cidade no mesmo dia e realizam as cirurgias e não deve ser dessa forma. Solicitou ao Senhor Presidente que verificasse se a Plenária concordava. O Senhor Presidente solicitou ao conselheiro José Silvino a denúncia por escrito para a mesa dar encaminhamento e que existe a comissão. Informou que no dia 12 de abril com a nova formação do Conselho, vai repactuar algumas comissões e reorganizar o Conselho Estadual de Saúde e concorda que o Conselho precisa se debruçar e fazer uma visita in loco. O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva informou sobre a segurança nas unidades, como também a segurança pública que está se tornando uma questão de saúde pública. A segurança pública causa problemas à saúde. Os assassinatos e mortes cometidas pelo aparato policial de várias formas, e quando não há mortes, os incidentes causam fraturas e tiros. Solicitou uma pauta para discutir segurança pública relacionado com a saúde pública, com o Secretário de Segurança Pública, Comando da Policia Militar e o Secretário da Saúde e trazer esse debate para o Conselho Estadual de Saúde. Conselheira Maria do Carmo Brito de Morais informou que concordava e era importantíssima a colocação de Silvio. Comentou que na região da Mata Escura, em oito dias, mataram mais de cinco jovens e no interior um jovem saiu da prisão e foi morto pelos policiais da Caatinga em casa em frente à mãe e a irmã. Citou que outro que saiu da penitenciária para passar o induto morreu e que no interior e a capital estão à mesma coisa. "Não podemos deixar de discutir a questão da violência que é também saúde pública, e pensar na construção de um projeto de humanidade de forma diferente." Indo para reunião ajudou uma idosa a subir no carro e preguntou se ela vinha para o CAS, ela disse que não, perguntou se estava fazendo fisioterapia, ela disse que fazia no CAS e não estava fazendo mais porque nas unidades precisam de acompanhante e que não tinha condições de pagar uma acompanhante. Seria interessante a discursão. Falou que estava conversando com Luiz Américo que estão faltando em muitas farmácias Puran, como têm problema de tireoide há muitos anos, depende dessa medicação, passou por várias farmácias e não encontrou o medicamento. Ficou preocupada porque tem crianças na APAE devido ao resultado do teste do pezinho que apresentam hipotireoidismo congênito e para fazer o tratamento, às pessoas precisam da medicação. Falou que mesmo que a gestão não responda temos que buscar a resposta em qualquer lugar. Visto que estão no ultimo dia da reunião com esse pleno, agradece a todos pelo acolhimento, pelos laços efetivos que foi feito, agradecer aos meninos e as meninas do CES que são meus amigos, agradecer todos os companheiros daqui do Conselho e dizer que a luta sempre vai continuar, começou essa luta quando era adolescente brigando pelas coisas, que Deus nos proteja. O Senhor Presidente agradeceu a todos o acolhimento e o desafio que foi dado nesse quase dois anos presidindo o Conselho Estadual de Saúde, agradeceu dizendo que aprendeu muito com todos. Informou que no dia 18 de abril seria a Eleição no turno integral, conforme editais publicados no Diário Oficial e divulgados no site da SESAB e do CES e que esperava todos juntamente com a Comissão Eleitoral para que tivessem uma Eleição bastante participativa e que pudesse oxigenar o Controle Social do Estado da Bahia e renovar o Conselho Estadual da Bahia. Nada mais a tratar o Presidente deu por encerrada à reunião. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão e agendando a próxima reunião para o dia dezesseis de maio de dois mil e dezesseis. A presente ata será assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e aprovada.

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170 1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187 1188

1189 1190

1191

1192 1193

1194 1195

1196

1197 1198

1199

1200

Salvador, 14 de Abril de 2016. Ricardo Luís Dias Mendonça - Presidente do CES - CUT (Central Única dos Trabalhadores) -Segmento de Usuários \_ Arão Capinam de Oliveira - Secretário Executivo do CES\_ **Ângela Macedo Magalhães** — Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) — Segmento de Usuários\_ Aroldo Silva Ministério Luiz Bacelar da Saúde Segmento de Gestores

Cícero Fi	gueiredo Ribeiro – SINDHOSBA (Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviç
Saúde do .	Estado da Bahia) – Segmento de Prestadores
Doraídes	Alves Nunes Almeida - FESFBA (Federação das Santas Casas de Misericórdia Hos
	Filantrópicas do Estado da Bahia) – Segmento de Prestadores
	araújo Simões –Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia – seg
r restauor_	
	villas Boas Torres da Silva – Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previd
Social na	Bahia (ASAPREV) Segmento de Usuários
Ivonildo	Dourado Bastos – (SESAB) Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Segmen
	ar Vieira Braga - Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (CREMEB) – Seg
	hadores
	no Gonçalves dos Santos - CAPDEVER (Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida - Segmento de Usuários
	e <b>raldo de Jesus Rosário</b> - UGT (União Geral dos Trabalhadores) — Segmen
	Trade de Jesus Rosarro CO1 (Chiao Gera dos Trabamadores) Segmen
	Figueredo dos Santos – SINDACS – Sindicato dos Agentes Comunitários de Sa
	res de Doenças Endêmicas e Epidemiológicas do Estado
Danie	
[ a	Maria Camaina Néalta Assistantial ann Bassas ann Cânan (NACREC). Cana
	Maria Carneiro – Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) – Segmen
Usuários_	Maria Carneiro – Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) – Segmen
Usuários_	Maria Carneiro – Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) – Segme
Usuários_ <b>Lílian Fá</b> Usuários_ <b>Luiz Am</b> é	Maria Carneiro — Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) — Segmentima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentimo Pereira Câmara — Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) — Seg
Usuários_ <b>Lílian Fá</b> Usuários_ <b>Luiz Am</b> é	Maria Carneiro – Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) – Segmentima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde – Segmen
Usuários_ Lílian Fá Usuários_ Luiz Amá de Trabali Marcos	Maria Carneiro — Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) — Segmentitima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentico Pereira Câmara — Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) — Segmento Antônio Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke — Segmento
Usuários_ Lílian Fá Usuários_ Luiz Amó de Trabali Marcos Usuários_	Maria Carneiro — Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) — Segmentitima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentitico Pereira Câmara — Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) — Segundores  Antônio Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke — Segmento
Usuários_ Lílian Fá Usuários_ Luiz Amo de Trabali Marcos Usuários_ Maria He	Maria Carneiro — Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) — Segmentitima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentico Pereira Câmara — Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) — Segmento Antônio Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke — Segmento
Usuários_ Lílian Fá Usuários_ Luiz Amé de Trabali Marcos Usuários_ Maria He Bahia e Se	Maria Carneiro — Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) — Segmentina Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentina Pereira Câmara — Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) — Segmento Antônio Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke — Segmento Pereira Ramos Belos — CNBB — Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Norae Pereire — Segmento de Usuários —
Usuários_ Lílian Fá Usuários_ Luiz Amé de Trabala Marcos Usuários_ Maria He Bahia e Se	Maria Carneiro — Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) — Segmentima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentica Pereira Câmara — Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) — Segundores  Antônio Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke — Segmento Pelena Ramos Belos — CNBB — Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Norde
Usuários_ Lílian Fá Usuários_ Luiz Amé de Trabali Marcos Usuários_ Maria He Bahia e Se Mário J Usuários_	Maria Carneiro — Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) — Segmentitima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentitima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentitico Pereira Câmara — Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) — Segmento Antônio Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke — Segmento Plena Ramos Belos — CNBB — Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Nora Pergipe — Segmento de Usuários — Segmento Geral dos Trabalhadores — Segmento
Usuários_ Lílian Fá Usuários_ Luiz Amé de Trabali Marcos Usuários_ Maria He Bahia e Se Mário J Usuários_	Maria Carneiro — Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) — Segmentitima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentitima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentitima Pereira Câmara — Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) — Segmento Antônio Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke — Segmento Pena Ramos Belos — CNBB — Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Nora Pereira — Segmento de Usuários — Segmento de Usuários — Segmento Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral dos Trabalhadores — Segmentitima Gosé da Conceição - UGT - União Geral d
Usuários_ Lílian Fá Usuários_ Luiz Amé de Trabali Marcos Usuários_ Maria He Bahia e Se Mário J Usuários_ Murilo F Bahia - Se	Maria Carneiro — Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) — Segmentitima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentitima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde — Segmentitico Pereira Câmara — Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (SINDMED) — Segmento Antônio Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke — Segmento Plena Ramos Belos — CNBB — Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Nora Pergipe — Segmento de Usuários — Segmento Geral dos Trabalhadores — Segmento

	perto dos Anjos e Silva — Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado da B DE-BA - Segmento de Trabalhadores
	triz Graça Marinho – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – Segmen
<b>Romulo</b> Usuários_	José Valença Corrêa - Grupo Vontade de Viver (GVV) – Segmen
Walney	Magno de Souza - Associação Indígena Tupinambá de Olivença – Segmen